

Ano I - Edição Nº 1

CA CONSELHEIROS EM AÇÃO

 COMITÊ NACIONAL
EM DEFESA DAS
EMPRESAS
PÚBLICAS
SE E PÚBLICO, E PARA TODOS

Leia os artigos dos eleitos pelos trabalhadores para Conselhos de Administração e matérias do Comitê

ELES ESTÃO NA LINHA DE FRENTE,
ATUAM NA GOVERNANÇA E
EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS





NESTA EDIÇÃO

ELEIÇÃO DE TRABALHADORES PARA CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM E CONCEITOS

Por **Maria Rita Serrano** 4

A EMBRAPA E O DESMONTE DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO PÓS-GOLPE (2016 - 2021)

Por **Selma Lúcia Lira Beltrão** 11

BANCO DO NORDESTE: 70 ANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Por **Rheberny Oliveira Santos Pamponet** 15

A IMPORTÂNCIA DA TRANSPETRO PARA O BRASIL

Por **Felipe Homero Pontes** 18

O PAPEL DA CASA DA MOEDA

Por **Edson Francisco da Silva** 21

O DIREITO À COMUNICAÇÃO: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO

Por **Kariane Costa** 24

O PAPEL DAS EMPRESAS PÚBLICAS NA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL - O CASO BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS (BBTS)

Por **Estefanio Willams Silva** 27

FUTURO DA CAIXA DEPENDE DE MODELO DE ESTADO

Por **Maria Rita Serrano** 32

ARTIGOS DO COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

FORTALECER BANCOS PÚBLICOS É IMPRESCINDÍVEL PARA COMBATER DESIGUALDADE SOCIAL. NA CONTRAMÃO DAS PRIVATIZAÇÕES DO BRASIL, REINO UNIDO FUNDA BANCO PÚBLICO

..... 47

MAIORIA DOS PAÍSES CONTA COM CORREIOS PÚBLICO. GOVERNO BRASILEIRO QUER VENDER A EMPRESA

..... 49

A PREÇO DE BANANA, GOVERNO QUER VENDER A ELETROBRAS. CHINA, EUA E CANADÁ SÃO EXEMPLOS DE SISTEMA HIDRELÉTRICO PÚBLICO

..... 51

ENQUANTO SÃO PAULO PRIVATIZA O METRÔ E PIORA O SERVIÇO, GRÃ BRETANHA REESTATIZA!

..... 52

NA CONTRAMÃO DO MUNDO: ENQUANTO GOVERNO QUER PRIVATIZAR PETROBRAS, MAIORES EMPRESAS DO SETOR SÃO PÚBLICAS

..... 53

Conselheiros de Administração eleitos pelos trabalhadores são elo entre interesses da sociedade e o mundo corporativo, melhoram a governança e garantem controle social.

O Conselho de Administração (CA) de uma empresa é um órgão de decisão colegiada e de orientação geral de negócios, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os resultados. No caso das empresas públicas, esse papel se amplia ao uso efetivo dos recursos para o desenvolvimento do País. Mas, garantir a presença de um representante dos empregados em sua composição não foi tarefa fácil no Brasil, e demandou intensa mobilização de entidades e sindicatos, embora muitos outros países adotem o modelo já há muitos anos.

Aqui, a legislação que estabelece a eleição de trabalhadores para o CA é recente. Algumas iniciativas antecederam as eleições desses representantes. Na década de 1.990, por exemplo, Caixa, BB, Banespa e outras empresas públicas tinham a garantia de eleger um diretor representante dos empregados. Mas a experiência não foi consolidada porque logo o governo FHC, com sua política privatista e de perseguição às representações, acabou com a possibilidade. Algumas empresas, como a Vale, no entanto, mantiveram a eleição para o conselho de um trabalhador mesmo após a privatização.

Com a conquista de lei específica no governo Lula, as eleições ficaram garantidas. Mas, ainda há muitas dúvidas sobre aspectos legais que orientam tal função. Também é preciso destacar que existem poucas mulheres no cargo – a presença feminina não ultrapassa os 12% no País, embora seja maior nas estatais federais, chegando a 16%, e alcance 28% entre os eleitos por trabalhadores.

Assim como nos anos FHC, é preciso frisar, ainda, que no atual governo de Jair Bolsonaro, os conselheiros que representam os trabalhadores nas estatais vivenciam ataques ao desempenho de suas funções, seja por se posicionarem contrariamente às privatizações, seja pela defesa intransigente do papel da empresa pública e da valorização de seus funcionários. São situações que colocam em risco a própria democracia, já que atentam contra um representante legitimado nos pleitos.

Defender a eleição e ampliar o número de trabalhadores em conselhos de administração das empresas públicas e privadas, deve ser pauta das organizações sindicais e empresariais. Essa é uma prática já utilizada em vários países, que supera o falso marketing, não admissível mais no mundo atual, para avançar na melhoria da governança, sustentabilidade, respeito a diversidade e controle social das corporações.

De fato, estimular a participação de representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, que são instâncias que definem seu direcionamento estratégico, pode ser uma boa prática e também criar um contraponto importante à visão de curto prazo e de resultados imediatos imposta por dirigentes focados a cumprir somente a agenda dos acionistas, sem preocupação com a perpetuidade da empresa e com suas responsabilidades junto a outros atores, como empregados, fornecedores e a própria sociedade. Isso vale tanto para empresas públicas quanto privadas.

Tal discussão incorpora plenamente o conceito ESG - Environmental, Social and Governance, surgido em 2005, em uma conferência liderada por Kofi Annan, então secretário-geral das Organização das Nações Unidas (ONU). Esse conceito, resumidamente, expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as instituições devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio-ambiente, à sociedade, aos parceiros e colaboradores.

Um mundo inclusivo, socialmente ético e, ambientalmente sustentável, com transformação dos negócios e melhoria da qualidade de vida para todos, certamente será defendido pelos empregados presentes nos conselhos de administração, que desejam a perenidade das empresas.

Nessa publicação, conselheiros eleitos tratam do papel e importância das empresas públicas em que trabalham e da experiência inovadora em atuar no Conselho de Administração.

Em anexo, materiais produzidos pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas sobre como a privatização piora os serviços e a vida das pessoas.

Boa leitura!

RITA SERRANO

Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Junho/2022





ELEIÇÃO DE TRABALHADORES PARA CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM E CONCEITOS

Por **Maria Rita Serrano**

Este texto apresenta os principais conceitos, o histórico e a experiência brasileira e internacional da participação de trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, discutindo a importância dessa boa prática para o aprimoramento da governança das empresas. Destaca também a tanto a necessidade do aprofundamento de debate sobre o tema quanto de sua apropriação pelo movimento sindical, visando garantir a sustentabilidade e perenidade das empresas públicas e privadas. Salienta, ainda, o alinhamento dessa boa prática com o conceito ESG - Environmental, Social and Governance, que expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio-ambiente, à sociedade e aos parceiros e colaboradores.

Palavras-chave: Participação dos trabalhadores. Conselho de administração. Governança corporativa. Gestão. Boas práticas.

HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em linhas gerais, a participação ou envolvimento dos trabalhadores na empresa consiste em qualquer processo ou mecanismo que permita a eles, exercer alguma influência sobre seu próprio trabalho e sobre as condições em que o realiza. Essa definição ampla engloba um vasto espectro de práticas, que se estende desde o direito à informação e consulta até a codeterminação/cogestão ou, inclusive, a organização em cooperativas. **(Fernanda Giorgi, 2015)**

Sua origem remonta à ideia de que a essência da democracia reside na participação, conceito utilizado pela Constituição de Weimar de 1919, da Alemanha. Foi uma das primeiras do mundo a prever direitos sociais, que incluíam normas de proteção ao trabalhador e o direito à educação, influenciou o texto da Constituição do Brasil de 1934.

A atuação dos trabalhadores para tornar-se efetiva deve realizar-se tanto na esfera política (representação política) quanto nas esferas econômica (produção e distribuição justa) e social (criação e consolidação de contrapoderes para fazer frente à posição dominante dos empresários e, assim, alcançar melhores condições de trabalho e de vida). Contêm raízes, ainda, na história e experiência do movimento sindical, bem como no desenvolvimento de sistemas nacionais de administração do trabalho e relações trabalhistas.

Nesse sentido, as formas e os modelos de participação variam conforme o grau de evolução e estabilidade das instituições do país ou região em que se desenvolve, estando condicionadas por diversos fatores como: o sistema de relações industriais; o sistema de administração do trabalho; os modelos de representação dos trabalhadores (nível de liberdade para formar entidades sindicais e para agir coletivamente); a natureza pública ou privada da relação de trabalho; a estrutura e a dimensão organizacional da empresa, do mercado; e as relações entre fontes normativas legais e convencionais.

A propósito, é importante distinguir a negociação coletiva como uma forma peculiar de participação dos trabalhadores, em que prima o conflito de interesses (oposição capital e trabalho) e a confrontação (uso de mecanismos de força para pressionar a parte antagônica - ex. direito de greve). O que contrasta com os métodos participativos ora analisados, cujo traço fundamental está na ideia de interesse mútuo entre trabalhadores e empresários. Vale ressaltar que, na prática, em alguns países, negociação coletiva e participação compartilhem elementos organizacionais e procedimentais, de maneira a conjugar interesses conflitantes e cooperativos. **(Fernanda Giorgi, 2015)**

Feitas essas considerações, cumpre destacar que os diversos modelos de participação de trabalhadores têm como característica comum o fato de que fazem parte de um complexo sistema de relações coletivas da empresa, por meio dos quais os trabalhadores, a partir de um núcleo mínimo de informação, pretendem influenciar as decisões de gestão. Assim, não são um mecanismo isolado nem substituem a combinação conflito/negociação e, por isso, servem às entidades sindicais como ferramenta adicional para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, servem aos empresários na medida em que favorecem a redução de conflitos, a implementação de técnicas produtivas e organizacionais flexíveis/adaptáveis, a legitimação de medidas de reestruturação profunda (aspecto altamente relevante em momentos de crise) e, portanto, atendem a necessidade de competitividade do sistema econômico. **(Fernanda Giorgi,**

2015)

É claro que as vantagens acima listadas contêm dentro de si riscos para trabalhadores e empresários, os quais, somados aos fatores mencionados, implicam a maior ou menor efetividade dos modelos de participação adotados em cada país. De um lado, os trabalhadores responderão civil e penalmente pelas decisões tomadas pela direção ao participar da gestão da empresa, independentemente da sua capacidade para efetivamente influenciar na escolha; e, ainda, devem responder à sua categoria pelas decisões polêmicas que venham a ser adotadas (conflito de interesses). As empresas ficarão mais expostas e fiscalizadas, mas poderão garantir mais valor para os negócios. A participação dos trabalhadores cumpre a função de aprimorar a governança dos conselhos das empresas, ampliando a fiscalização dos recursos, gerando mais transparência e credibilidade, garantindo pluralidade ao debate estratégico dos negócios e no caso das estatais, ampliar sua função pública. Conselheiros eleitos são o elo entre os interesses da sociedade e a gestão das empresas.

VISÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A OIT tem demonstrado interesse na questão do envolvimento dos trabalhadores na empresa há muitos anos e, por isso, o tema é objeto de estudo e discussão desde a década de 1960, o que culminou com a elaboração de vários instrumentos normativos.

De acordo com os documentos produzidos/debatidos na OIT, o termo participação dos trabalhadores na empresa é empregado em sentido estrito, referindo-se necessariamente à tomada de decisões gerenciais no âmbito da empresa. Assim, as formas de negociação coletiva estão compreendidas nesse conceito, enquanto os esquemas de envolvimento dos trabalhadores nos resultados do negócio (como, por exemplo, participação nos lucros) estão excluídos.

Essa visão deriva do panorama traçado pelas pesquisas conduzidas até o momento, que apontam para uma tendência mundial de incremento (paulatino) da participação dos trabalhadores na tomada de decisões em nível empresarial. Embora seja inegável que o tema é polêmico e que o debate continua em aberto, é forçoso reconhecer que há uma conscientização cada vez maior sobre a democratização das relações do trabalho e seus matizes (condições de trabalho, modernização dos sistemas produtivos, globalização, competitividade, eficiência, crises financeiras etc.). De fato, o que varia de país para país é a forma como essa participação é conquistada e estruturada.

(Trabalho, 2022)

MODELOS DE REGULAMENTAÇÃO PELO MUNDO

A regulamentação do direito de participação dos trabalhadores, como já assinalado, varia de país para país em função de diversas variáveis. A seguir, destacamos algumas dessas variáveis, apontando os correspondentes modelos de participação. **(Fernanda Giorgi, 2015)**

Algumas características da empresa determinam a natureza e a quantidade das relações de trabalho existentes e, por isso, influenciam as formas de participação.

a) Propriedade da empresa — alguns países contemplam o direito de participação dos trabalhadores apenas para as empresas públicas; outros, garantem esse direito tanto para as empresas públicas quanto privadas; outros, ainda, matizam esse direito conforme a personalidade jurídica do empregador ou conforme a porcentagem de participação estatal no capital societário.

b) Tamanho da empresa — muitos países estabelecem um tamanho mínimo da empresa (quantidade de trabalhadores) para aplicar a regulamentação do direito de participação.

A configuração dos órgãos de administração também condiciona os modelos de participação.

a) Estrutura — geralmente, a direção das empresas pode ser organizada de duas formas:

(I) modelo monista, no qual existe um conselho de administração que é responsável pela gerência e pela supervisão; ou

(II) modelo dualista, em que se dividem as funções de gestão e supervisão entre dois órgãos diferentes e autônomos.

A participação dos trabalhadores varia conforme o arranjo gerencial da empresa. No modelo monista, os trabalhadores integram o conselho de administração; enquanto no modelo dualista, compõem o conselho de vigilância ou de controle.

b) Proporcionalidade da representação — a quantidade de trabalhadores que integra os órgãos de gestão oscila entre um (01) até a metade do conselho.

c) Responsabilidade dos conselheiros — o grau de influência exercido pelos conselheiros sobre as decisões gerenciais da empresa varia desde a simples recomendação até a vinculação da tomada de decisão (ou seja, necessidade de aprovação prévia).

EXPERIÊNCIA EUROPEIA

O levantamento sobre a regulamentação legal de representações em conselhos de administração nos países europeus e América latina que transcrevo, foi realizado por **(Fernanda Giorgi, 2015)**, em nota publicada pela LBS advogados, em 2015.

De maneira similar, a União Europeia dedica-se ao envolvimento ativo dos trabalhadores na empresa, reconhecendo o papel fundamental das entidades representativas dos trabalhadores. Efetivamente, nos termos da legislação comunitária, o envolvimento dos tra-

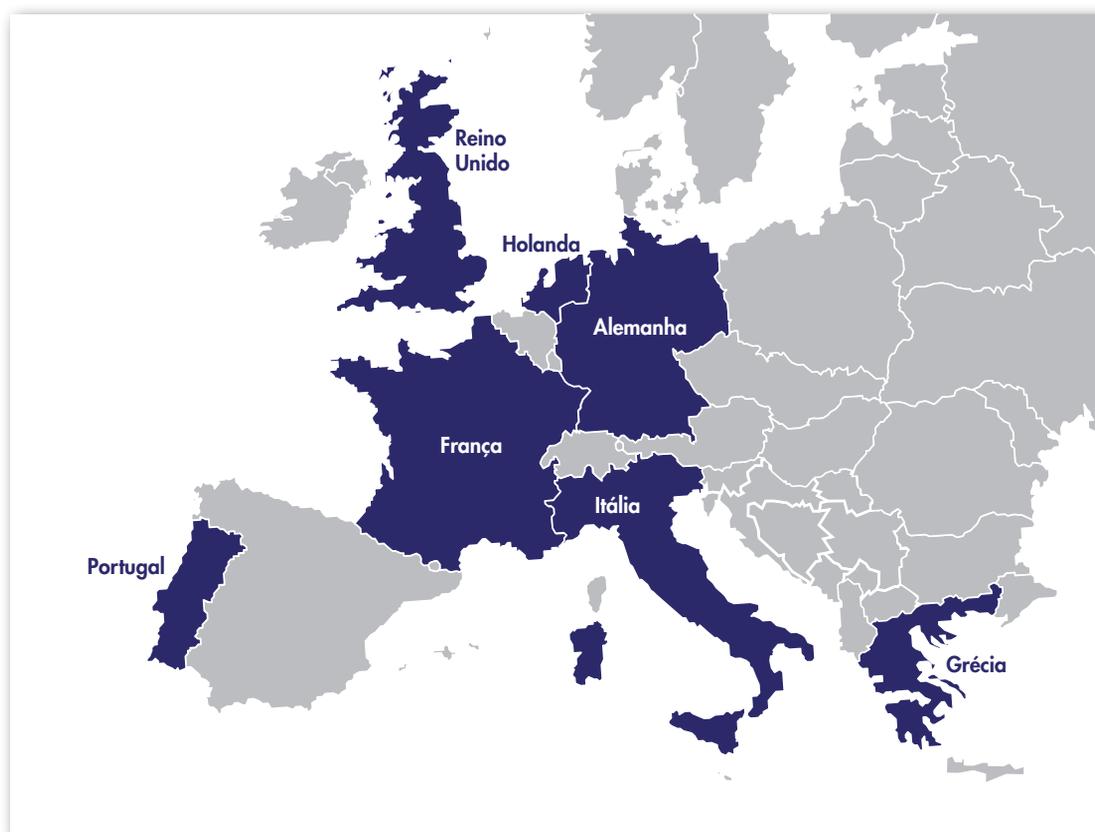
balhadores — definido como qualquer mecanismo, incluindo informação, consulta e participação, por meio do qual os representantes dos trabalhadores possam influir sobre as decisões gerenciais que serão tomadas pela empresa — deve ser protegido e promovido pelos países membros da Comunidade.

Desse modo, os países membros da Comunidade estão legalmente comprometidos a aplicar, em cooperação com entidades sindicais, mecanismos de envolvimento/participação dos trabalhadores, devendo respeitar os patamares mínimos estabelecidos na legislação comunitária (ou seja, ajustes podem ser feitos apenas para ampliar direitos).

A regulamentação regional disciplina duas formas de envolvimento dos trabalhadores, priorizando os objetivos e efeitos que o instituto deve alcançar, qual seja, influenciar as decisões gerenciais da empresa:

- a) Participação disjuntiva, que consiste em procedimentos de informação e consulta, cuja implementação deve ocorrer antes da tomada de decisão pela empresa, com tempo hábil para o exame dos dados fornecidos e para o diálogo efetivo entre trabalhadores e empregados; e,
- b) Participação integrativa, que se traduz nos meios necessários para que os trabalhadores, ou seus representantes, possam influir nas decisões gerenciais tomadas pelos órgãos administrativos da empresa — seja pela eleição ou designação de membros para compor os órgãos de gestão/supervisão da empresa (participação direta), seja pelo direito de recomendar ou vetar a designação de alguns dos membros dos órgãos administração (participação indireta).

O sistema normativo de garantia de participação de trabalhadores em fóruns de gestão das empresas ocorreu após as duas guerras mundiais, em meio aos dilemas da reconstrução da Europa, da implantação de um Estado de Bem-estar social, em resposta aos movimentos trabalhistas e ao socialismo soviético, o qual rivalizou com o modelo Capitalista durante a Guerra Fria. Afinal, era preciso demonstrar qual dos modelos proporcionava melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, e da discussão de uma política de relações humanas no trabalho, por intelectuais americanos, que tinham como objetivo diminuir os conflitos capital x trabalho, para dessa forma ampliar a produtividade. **(Fernanda Giorgi, 2015)**



ALEMANHA. O sistema de participação alemão constitui uma espécie de cogestão, que, por se tratar do modelo mais avançado em termos de democracia, chama muito a atenção na atualidade (inclusive, sofre pressões para proceder a reformas legislativas restritivas). Na Alemanha, que adota o modelo dualista, os trabalhadores integram o órgão de controle/vigilância, cuja competência inclui nomear e despedir os diretores da empresa, supervisionar sua gestão, participar da elaboração da estratégia empresarial e receber informações diversas (inclusive financeiras). A quantidade de representantes dos trabalhadores no órgão de controle varia conforme o tamanho e a atividade econômica da empresa: (a) nas empresas do setor de ferro, carvão e aço com mais de mil (1.000) trabalhadores, correspondem a metade dos conselheiros; (b) nas empresas com mais de dois mil (2.000) trabalhadores, a composição é paritária, mas, o presidente eleito pelos acionistas detém o voto de desempate; (c) nas empresas que empregam entre quinhentos

(500) e dois mil (2.000) trabalhadores, correspondem a um terço dos conselheiros. Não há distinção entre os direitos e obrigações dos conselheiros que integram o órgão de vigilância, sendo assegurado aos conselheiros dos trabalhadores, inclusive, o reembolso de seus gastos e a necessária formação.

FRANÇA. O direito de participação nas empresas do setor público está regulamentado desde 1983, contemplando o direito de eleger um mínimo dois representantes e um máximo de um terço dos membros do conselho de administração (nas empresas com menos de 200 trabalhadores, a quantidade de conselheiros dos trabalhadores pode variar; enquanto naquelas com mais de 200, a conformação do conselho é fixa em um terço). Nas empresas privatizadas, o número de representantes varia entre um e três conforme a legislação vigente à época da privatização e ao tamanho do conselho de administração. Além disso, a partir de 1993, admitiu-se que as empresas privatizadas suprimissem o direito de participação. A partir de maio de 2013, a participação dos trabalhadores passou a ser obrigatória para quaisquer empresas que possuam mais de cinco mil (5.000) trabalhadores na França ou, pelo menos, dez mil (10.000) em todo o mundo, sendo que sua representação pode dar-se nos órgãos de administração ou de controle na proporção de um (01) para doze (12) ou de dois (2) para mais de doze (12). As normas francesas preveem, ainda, a quantidade mínima e máxima dos representantes, no caso das empresas que decidam voluntariamente conceder participação aos seus trabalhadores (mínimo de 4 ou 5 e máximo de um terço). Em qualquer hipótese, os conselheiros dos trabalhadores não podem exercer funções de natureza sindical.

HOLANDA. As empresas holandesas podem escolher entre o modelo monista ou dualista, sendo que em qualquer caso a representação dos trabalhadores não pode exceder um terço do conselho respectivo. A legislação se aplica às empresas do setor público ou privado que cumpram certos requisitos, como, por exemplo, empregar mais de cem (100) trabalhadores e ter capital social superior a 16 milhões de Euros. É condição de elegibilidade dos representantes dos trabalhadores não ser empregado da empresa nem sindicalista envolvido com a negociação coletiva da companhia.

GRÉCIA. O direito de participação está restrito a algumas empresas públicas (companhias de luz, correios, banco nacional e ferroviária) e o número de representantes costuma ser de dois em cada conselho de administração. As privatizações implicaram redução do direito de participação.

PORTUGAL. Desde a década de 1970, o direito de participação foi reconhecido para as empresas estatais e órgãos públicos, estabelecendo-se que compete a empresa fixar o número de representantes dos trabalhadores e o órgão a que integrarão. Na prática, o direito de participação é exercido majoritariamente no setor da saúde (47 empresas de um total das 49) por meio nomeação de um (01) representante dos trabalhadores para compor um órgão consultivo. A legislação faculta a participação dos trabalhadores nas empresas do setor privado, mas esse direito ainda não foi implementado.

ITÁLIA. As empresas italianas podem optar entre três modelos de governança corporativa: (I) modelo monista; (II) modelo dualista; ou (III) modelo dualista italiano, em que a escolha dos conselheiros compete aos acionistas da empresa e o órgão de controle exerce uma função de auditoria em vez de supervisão. Os trabalhadores, além de não ter direito de participar dos órgãos de administração da empresa, estão impedidos de ser eleitos para compor esses órgãos (são inelegíveis). Em 2012, promulgou-se uma lei que autoriza às sociedades anônimas, de estrutura dualista e com mais de trezentos (300) empregados, a constituir conselhos de vigilância com a participação de trabalhadores. Mas, a implementação desse sistema depende da regulamentação da lei.

REINO UNIDO. Não existe direito de participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão das empresas. As experiências de participação ocorridas em empresas estatais na década de 1970 foram eliminadas pelo governo Margaret Thatcher (1979-1990). Desde então, a excepcional presença de trabalhadores nos órgãos de administração é verificada em empresas estatais ou controladas por trabalhadores, sendo que a escolha do representante compete aos acionistas.

AMÉRICA LATINA

O ordenamento jurídico de alguns países da América Latina contém a previsão programática, com maior ou menor grau de compromisso, do princípio da participação dos trabalhadores na empresa. O que implicou experiências concretas de participação em países como Argentina, Chile e Peru na década de 1970. Mas, é difícil avaliar os resultados dessas experiências, que foram efêmeras, na medida em que fatores políticos e econômicos (crise) interromperam o processo de implementação de sistemas de participação na região. Aliás, a incipiência desse direito na América Latina levou ao professor uruguaio Oscar Ermida a afirmar que a participação do trabalhador na empresa é quase inexistente na região. O estado atual da participação em alguns países da região:

ARGENTINA. embora haja previsão constitucional de uma espécie de cogestão, por falta de regulamentação infraconstitucional, esse direito não se implementa. De modo que a participação dos trabalhadores consiste nos comitês de empresa (controle posterior das decisões gerenciais), nas comissões paritárias das convenções coletivas e na representação sindical na empresa.

MÉXICO. A Constituição de 1917 prescreve a participação nos lucros da empresa, excluindo expressamente a faculdade de intervir na direção ou administração das empresas. Além disso, a legislação infraconstitucional disciplina a criação de comissões mistas para tratar dos temas de formação/capacitação e saúde/segurança, de natureza conciliatória.

URUGUAI. o texto constitucional que estabelece a participação dos trabalhadores nas empresas estatais ainda não foi implementado por falta de regulamentação infraconstitucional. Também não foram postas em prática as leis que tratam da criação de conselhos paritários para tratar de sanções administrativas, saúde/segurança e férias anuais (fruto da resistência do movimento sindical e dos empresários).



VENEZUELA. A lei trabalhista (1990) determina que os entes e as empresas públicas (com capital social majoritariamente estatal) devem contar com, pelo menos, dois diretores que representem os trabalhadores (um representante nomeado pela entidade sindical mais representativa; e outro, eleito pelo voto direto e secreto dos trabalhadores da empresa). Esses diretores possuem as mesmas garantias, direitos e obrigações que os demais representantes da direção da empresa, sendo que sua presença é condição de validade das decisões gerenciais. Ademais, fomenta o incremento da participação dos trabalhadores no que se refere a questões de saúde, condições de trabalho e assistenciais, bem como a implementação voluntária de mecanismos de participação nas empresas privadas.

BRASIL: DA CIPA, 1944, A ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS EM 2010

A primeira iniciativa de presença de trabalhadores em órgãos internos de empresas aconteceu no Governo Getúlio Vargas com a criação da CIPA – Comissão Interna de prevenção de Acidentes, que teve sua origem a partir do Art. 82 do Decreto-Lei 7.036, de 10 de novembro de 1944. Especificamente, descrito abaixo:

“Art. 82. Os empregadores, cujo número de empregados seja superior a 100, deverão providenciar a organização, em seus estabelecimentos, de comissões internas, com representantes dos empregados, para o fim de estimular o interesse pelas questões de prevenção de acidentes, apresentar sugestões quanto à orientação e fiscalização das medidas de proteção ao trabalho, realizar palestras instrutivas, propor a instituição de concursos e prêmios e tomar outras providências, tendentes a educar o empregado na prática de prevenir acidentes.”

Na Constituição Federal de 1967 - com a Emenda Constitucional n° 1, de 17.10.1969 - acolheu, enfim, sob a influência alienígena, a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, ao assegurar-lhes a “integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei” (artigo 165, inciso V). No entanto, tal prescrição revelou-se letra morta, face a não regulamentação ordinária do tema. Igualmente, no mesmo alinhamento, a Constituição Federal de 1988, art. 7º, XI, praticamente reproduziu a previsão constitucional anterior, garantindo aos empregados a “participação nos lucros e resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”. **(Oliveira, 2001)**

Na década de 90 houve iniciativas de eleger trabalhadores para diretorias executivas de bancos públicos, exemplos foram a Caixa, BB, Banespa, Nossa Caixa. A experiência não se consolidou, o governo FHC com sua política privatista e de perseguição às representações, acabou com essa garantia.

Somente em novembro de 2001, foi editada a Lei federal n° 10.303, que introduziu significativas alterações nas Leis n° 6.404/76 e 6.385/76. No contexto dessa reforma legal, entre outras importantes matérias, foi admitida a participação de representante dos empregados no Conselho de Administração das companhias

Da nova previsão legal, pode-se extrair que: o modelo participativo dos empregados é facultativo aos acionistas; caberá ao estatuto da companhia a sua regulamentação; a participação é reservada a “representantes” dos empregados; os conselheiros representantes

serão eleitos diretamente pelos empregados; haverá participação dos sindicatos que representam os trabalhadores; a companhia organizará a eleição.

No final do seu governo, o ex-presidente Lula sancionou a Lei nº 12.353, em 28/12/2010, regulamentada pela Portaria 26/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tornando obrigatória a participação de um representante dos empregados nos conselhos de administração das empresas estatais com número superior a 200 duzentos empregados próprios.

A referida lei estabeleceu que o representante dos empregados deverá ser escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem. Mais recentemente, com a edição da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, a chamada “Lei das Estatais” ou “Lei de Responsabilidade das Estatais”, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27/12/2016, o direito à representatividade dos empregados no Conselho de Administração foi reforçado, por meio do artigo 19 da Lei e 33 do Decreto, que garantiram a participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados. **(Públicas C. N., 2021)**

ESTADOS UNIDOS, PRIMEIRA INICIATIVA EM 1919

Os Estados Unidos têm, em Massachusetts, a lei de codeterminação mais antiga do mundo, que está em vigor continuamente desde 1919, embora seja apenas voluntária e voltada para empresas de manufatura.

Com o **Vote in Governance Corporate ‘(2019) 42 Seattle University Law Review 697’**, muitas universidades permitem que os funcionários votem na estrutura de governança. Na década de 1970, várias grandes empresas, incluindo a Chrysler, designaram trabalhadores para seu conselho de administração, de acordo com o acordo coletivo com o sindicato.

Mesmo assim os americanos ainda estão distantes de ter uma legislação que chegue perto das discussões sobre codeterminação e cogestão nas empresas, como os europeus, mas mudanças vêm sendo impulsionadas pela crise do capitalismo e reorganização dos trabalhadores. Segundo levantamento da Universidade de Cornell, até 15 de dezembro de 2021, ocorreram 250 greves nos EUA e aumentou o número de sindicalizações.

Concomitante a esse movimento, a crise econômica e a falta de geração de empregos, trouxeram novos debates para o cenário político.

Em agosto de 2018, a senadora democrata Elizabeth Warren patrocinou uma nova Lei do Capitalismo Responsável que exigiria que 40% do conselho de administração fosse eleito por funcionários de empresas federais com receita superior a US \$ 1 bilhão.

A presunção que une as ideias de Warren é que, se as corporações vão ter os direitos legais das pessoas, devem agir como cidadãos decentes que defendem sua parte justa do contrato social e não agem como sociopatas cuja única obrigação é a rentabilidade — como é atualmente convencional no pensamento empresarial americano.

Warren quer criar um Escritório de Corporações dos Estados Unidos dentro do Departamento de Comércio e exigir qualquer empresa com receita superior a US\$ 1 bilhão - apenas alguns milhares de empresas, mas uma grande parte do emprego global e da atividade econômica - para obter uma carta federal de cidadania corporativa.

A carta diz aos diretores da empresa que considerem os interesses de todos os stakeholders relevantes — acionistas, mas também clientes, funcionários e comunidades em que a empresa atua — ao tomar decisões. Mais concretamente, as Corporações dos Estados Unidos seriam obrigadas a permitir que seus trabalhadores eitem 40% da adesão ao seu conselho de administração.

Para balizar a proposta, em 2018, a Civis Analytics, empresa de dados democrata, perguntou a uma grande amostra de americanos sobre a codeterminação, completa com um enquadramento partidário explícito: Em muitos países, os funcionários de grandes empresas eitem representantes para o conselho de administração de sua empresa, a fim de defender seus interesses e ponto de vista para a gestão. Os democratas dizem que isso dá aos trabalhadores regulares uma opinião maior sobre como suas empresas são administradas e aumentarão os salários, enquanto os republicanos afirmam que isso torna as empresas menos eficientes e ruins para a economia. Você apoiaria deixar que funcionários de grandes empresas eitem representantes para o conselho de administração de sua empresa?” **(Yglesias, mattyglesiasmatt, & vox.com, 2021)**

Eles encontraram amplo apoio para a ideia, mesmo entre os eleitores republicanos.

CONCLUSÃO

A participação dos trabalhadores na empresa é tema complexo tanto no que se refere à sua formulação teórica (ambiguidade dos termos e sobreposição de institutos), quanto no que diz respeito às experiências práticas verificadas no mundo (pluralidade de regulações e suscetibilidade a fatores exógenos às relações de trabalho — como crises políticas e econômicas). Do ponto de vista sindical, é um instituto apresenta oportunidades e desafios: instrumento para influenciar as decisões gerenciais versus conflitos de interesses, capacitação, responsabilidade civil e criminal pelas decisões tomadas, desequilíbrio de forças entre os membros dos órgãos diretivos. A constante evolução do direito de participação, somada à sua relativamente recente implementação, recomendam que o movimento sindical se aproprie do tema para decidir sobre uma ação estratégica. Afinal, o uso de mecanismos de participação é uma ferramen-

ta adicional de luta por melhores condições de trabalho e de vida, que pode ser imprescindível em contextos de crise econômica e financeira.

Existem estudos que sugerem os benefícios dos sistemas de participação para o enfrentamento dos períodos de crise econômica — como teria ocorrido, por exemplo, na Alemanha por ocasião da crise de 2008.

Com a conquista de lei específica no governo Lula as eleições ficaram garantidas, mas ainda há muitas dúvidas sobre aspectos legais que orientam tal função.

Nas empresas públicas federais, existem hoje em torno de 461 conselheiros indicados pelo governo, desses, 50 são eleitos pelos trabalhadores. As poucas empresas públicas estaduais, com mais de 200 empregados, também contam com eleitos,

É preciso destacar que existem poucas mulheres no cargo — a presença feminina não ultrapassa os 12% no Brasil, no conjunto do setor empresarial. Nas estatais federais alcança 28% entre os eleitos por trabalhadores (**Serrano, 2021**).

Assim como nos anos FHC, no atual governo de Jair Bolsonaro os conselheiros que representam os trabalhadores nas estatais vivenciam ataques ao desempenho de suas funções, seja por se posicionarem contrariamente às privatizações, seja pela defesa intransigente do papel da empresa pública e da valorização de seus funcionários. São situações que colocam em risco a própria democracia, já que atentam contra um representante legitimado nos pleitos.

Está claro que esse espaço de participação ainda carece de debate mais profundo sobre o papel a ser desempenhado e sobre quais ferramentas são necessárias para garantir ao eleito, especialização e independência da gestão da empresa, para efetivamente levar o olhar dos trabalhadores e os interesses sociais para a alta administração, melhorando dessa forma a governança, fiscalização, respeito a diversidade, ao meio ambiente e, conseqüentemente, o aprimoramento da democracia.

De fato, estimular a participação de representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, que são instâncias que definem seu direcionamento estratégico, pode ser uma boa prática e também pode criar um contraponto importante à visão de curto prazo e de resultados imediatos imposta por dirigentes focados em cumprir somente a agenda dos acionistas, sem preocupação com a sustentabilidade e perpetuidade da empresa e com suas responsabilidades junto outros atores, como empregados, fornecedores e a própria sociedade. Isso vale tanto para empresas públicas quanto privadas.

Tal discussão incorpora plenamente o conceito ESG - Environmental, Social and Governance, surgido em 2005, em uma conferência liderada por Kofi Annan, então secretário-geral das Organização das Nações Unidas (ONU). Esse conceito, resumidamente, expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio-ambiente, à sociedade e aos parceiros e colaboradores.

Sustentabilidade e perenidade das empresas certamente serão defendidas fortemente por seus empregados presentes em seus conselhos de administração.

Essa pauta deve ser incorporada pelos sindicatos e sociedade organizada, que podem ousar e, encampar o debate para garantir ampliação da representação no setor público e a conquista desse espaço de representação no setor privado.

Bibliografia

Fernanda Giorgi. (2015). *Presença de trabalhadores em Conselhos de Administração*. Escritório de Advogados LBS, Brasília.

Oliveira, M. P. (2001). *A participação de representante dos empregados nos conselhos de Administração*. Benfica Advogados.

Públicas, C. N. (08 de 2021). *Aspectos legais e desafios para os conselheiros de administração eleitos*.

Fonte: Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas: www.comiteempresaspublicas.com.br

Serrano, M. R. (03 de 2021). *Por mais mulheres no Poder*.

Fonte: Rita Serrano: www.ritaserrano.com.br

Trabalho, O. I. (05 de 01 de 2022). *Organização Internacional de Trabalho*. Fonte: OIT: <http://www.oit.org.br/>

Tragtenberg, M. (2005). *Administração, poder e Ideologia*. São Paulo: UNESP.

Wikipédia. (05 de 01 de 2022). *wikipédia - Enciclopedia livre*.

Fonte: Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Codetermina%C3%A7%C3%A3o>

Yglesias, M., *mattyglesiasmatt*, & *vox.com*. (10 de 12 de 2021). *VOX*.

Fonte: <https://www.vox.com/2018/8/15/17683022/elizabeth-warren-accountable-capitalism-corporations>



Rita Serrano é mestra em Administração, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, conselheira fiscal da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. É autora de vários artigos e livros, entre eles: *Caixa, banco dos brasileiros* (2018); *Coautora de Se é Público é para todos* (2018) e *o Futuro é Público* (2020). É pesquisadora voluntária do Observatório Conjucsc da USCS.



A EMBRAPA E O DESMORTE DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO PERÍODO PÓS-GOLPE (2016 – 2021)

Por **Selma Lúcia Lira Beltrão**

O texto apresenta um breve histórico e informações gerais sobre a Embrapa, destacando as contribuições da empresa para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, a importância da pesquisa aplicada e as ameaças à sustentabilidade da empresa, estabelecidas a partir do Golpe de 2016. Também versa sobre o papel da Embrapa na retomada do desenvolvimento do País, sufocado pela onda de autoritarismo e incompetência estrutural na gestão do atual governo. Por fim, destaca pontos importantes, envolvendo avanços normativos e legais, que podem contribuir para o aprimoramento da representação dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, melhorando sobremaneira sua governança.

Palavras-chave: Conselho de administração. Participação dos trabalhadores. Embrapa. Pesquisa agropecuária brasileira. Desenvolvimento.

BREVE HISTÓRICO E INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma empresa pública, criada em 1973 e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), cujo capital pertence integralmente à União. Ao longo de seus 49 anos, vem colaborando decisivamente para que a pesquisa agropecuária brasileira seja referência na produção de soluções tecnológicas para o mundo tropical. Tal atuação foi potencializada com os investimentos destinados à formação e especialização de profissionais e equipes de trabalho, no país e no exterior, e na criação, estruturação e horizontalização de Centros de Pesquisa em todas as regiões do país.

Idealizada durante o regime militar, como parte do plano de modernização da agricultura brasileira e em alinhamento aos princípios da “revolução verde”, a Embrapa rapidamente organizou e desenvolveu tecnologias e soluções que foram entregues, principalmente, para alavancar a “agricultura industrial” brasileira, resultando na ascensão do conceito de agronegócio.

Entretanto, em meio à atuação decisiva para o sucesso da agricultura mercantil, formaram-se equipes e projetos fortemente voltados à inclusão social e produtiva, com temáticas voltadas à soberania alimentar, ao meio ambiente, à valorização dos recursos e cultura locais, entre outras, e com recorte metodológico diferenciado, ao priorizar as parcerias, o planejamento e a execução com a sociedade civil. Pesquisas que ganharam ainda mais força e reconhecimento no período de 2003 a 2015.

Hoje a Embrapa possui cinco Unidades Centrais, que funcionam em sua sede, em Brasília, e 43 Unidades Descentralizadas, localizadas em quase todo o território nacional, com Centros de Pesquisa temáticos, de produtos e ecorregionais, formando uma rede multidiversa e abrangente. A equipe de trabalho é constituída por 8.043 profissionais na ativa - sendo 2.225 (28%) pesquisadores, 2.313 (29%) analistas, 1.324 (16%) técnicos e 2.181 (27%) assistentes. Do total de empregados, 32% são do sexo feminino e apenas 34% dos cargos de gestão estão ocupados por mulheres.

No final de 2021, a Embrapa possuía 1.121 projetos de pesquisa em execução e, no mesmo ano, o lucro social da Empresa foi de 81,56 bilhões, demonstrando que o retorno anual superou em 23 vezes o valor investido na Embrapa, conforme seu último Balanço Social.

DESMANTELAMENTO PÓS-GOLPE

Em meio ao processo de desmantelamento do patrimônio nacional, e sob os efeitos do recrudescimento da agenda neoliberal no país, a Embrapa passa por uma crise sem precedentes em sua trajetória. Se até meados de 2016, a empresa teve atuação importante junto a órgãos e instituições do governo federal, estadual e municipal, formulando, apoiando e implementando políticas públicas, programas e planos de governo, bem como participando de consultas públicas, grupos de trabalho, comitês e conselhos, exercendo assim seu papel de empresa pública comprometida com o desenvolvimento e a soberania nacional, esse protagonismo e foco de atuação sofreram forte revés.

Embora tenha sido “excluída” da lista recentemente divulgada das empresas privatizáveis, a Embrapa sofreu uma mudança brusca na sua linha de atuação, adequando-se para atender demandas e desejos de determinados setores e grupos privados.

Sob total ingerência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), várias mudanças vêm acontecendo na Embrapa. O processo seletivo para a presidência da empresa foi descontinuado e metade da diretoria é formada por membros externos ao quadro de pessoal. O Conselho de Administração (Consad) passou a ser composto majoritariamente por membros indicados pelo Mapa, excluindo-se a participação do representante do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e inserindo-se agora a representação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e tendo o empresariado do agronegócio, por intermédio do Snear/CNA, como únicos representantes da sociedade civil.

Adequando-se a essa nova orientação, em 2018 foi iniciado um processo de “reengenharia” institucional, dismantelando-se assim estruturas organizacionais e infraestrutura já estabelecida para transferência de tecnologia, capacitação de agricultores, comunicação para o desenvolvimento e intercâmbio de conhecimentos, as quais foram abruptamente substituídas por instâncias administrativas e gestores cujas palavras de ordem passaram a ser “negócio”, “ativos” e “lucro”.

Nesse contexto, é importante destacar o acirramento das relações da Embrapa com as demais instituições que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído também pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, bem como por outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária. Também o relacionamento com a extensão rural pública (Ater) e com as organizações voltadas à educação do campo sofreu os impactos dessa guinada institucional. Por fim, projetos e ações em curso com ONGs e com movimentos sociais que trabalham com as agriculturas familiares/campeiros/povos e comunidades tradicionais estão sendo drasticamente reduzidos ou encerrados.

Em meio à grave crise orçamentária, ocorreu uma mudança substancial na estrutura e programação de pesquisa, priorizando-se o desenho e execução de projetos financiados pelo capital privado. Diante do recuo do aporte financeiro estatal, a solução encontrada foi captar recursos e priorizar pesquisas com resultados para grupos e demandas específicas, dificultando assim a execução das agendas voltadas às demandas das agriculturas familiares/campeiros/povos e comunidades tradicionais, segmentos esses cada vez mais relegados a políticas públicas sociais compensatórias.

A redução no orçamento anual da Embrapa é outro efeito claro do desmonte que o governo tem imposto à pesquisa agropecuária nacional. Enquanto tivemos sucessivos incrementos em custeio para a pesquisa e em investimentos, no período de 2008 a 2016 (acima de R\$ 500 milhões anuais, incluindo um PAC Embrapa), a partir de 2017, a prática de cortes orçamentários e contingenciamentos passou a ser praxe, comprometendo diretamente a manutenção de rebanhos, campos experimentais, laboratórios e a execução da pesquisa. Para 2022, a Empresa teve seu orçamento discricionário aprovado em R\$ 242.878.320 milhões, que é 24% inferior ao necessário para seu custeio geral (em torno de R\$ 320 milhões). Essa situação exige a recomposição urgente dos valores orçamentários aprovados para a Embrapa, de forma a serem consonantes com as necessidades da empresa e que garantam o desenvolvimento e a execução da pesquisa agropecuária pública e de qualidade.

Em 2019 a Embrapa promoveu um Plano de Demissão Incentivada (PDI), que resultou no desligamento de 1.191 empregados em diversas áreas e, em 2021, a SEST fixou o limite para o quadro de pessoal da Empresa em 8.934 vagas. Considerando as lacunas geradas pelo PDI e a complexidade exigida para a pesquisa agropecuária frente às mudanças climáticas, à urgência da segurança alimentar da população, e de uma agricultura de baixo impacto sobre o meio ambiente, faz-se urgente que a Empresa promova a abertura de concursos públicos e que esses sejam descentralizados, a fim de privilegiar a contratação de profissionais que tenham vínculo com a realidade rural na qual irão trabalhar.

Aprofundando ainda mais o processo de sucateamento da empresa, e sob a justificativa da necessidade de redução dos custos operacionais e até mesmo do seu quadro de pessoal, a empresa contratou a Falconi Consultoria S/A, para realizar uma segunda onda da chamada reengenharia institucional, explicitando como objetivo “revisar e modernizar o modelo de organização e gestão da Embrapa”. Com apoio do Mapa, iniciou em 2020 uma intrincada manobra para obter recursos financeiros, cerca de R\$ 2 milhões para pagar a referida consultoria. Lançou então, por intermédio da Fundação de Apoio Arthur Bernardes (Funarbe), um edital para captação desses valores, sendo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e o Sebrae, as entidades que se apresentaram como “financiadores voluntários” para essa “desinteressada empreitada”. A falta de transparência que envolve toda essa engenharia para a contratação da consultoria e, principalmente, os reais interesses, possíveis interferências dos financiadores no estudo entregue e em fase de execução e os conflitos de interesse envolvidos são pontos-chave para se exigir dos órgãos fiscalizadores que o processo seja suspenso.

Por fim, e não menos importante, é necessário ressaltar que desde 2018, no que diz respeito à governança e relação com os trabalhadores, a empresa mergulhou em um processo autocrático, onde críticas e até mesmo o apontamento de sugestões que não se alinham ao pensamento de sua direção costumam ser punidas com sanções e até demissão por justa causa. Somam-se ainda as denúncias crescentes de assédio moral no ambiente de trabalho, o aumento das dívidas trabalhistas e a escolha da arena jurídica para dirimir conflitos dão a dimensão da falta de diálogo, da deterioração das relações de trabalho e da degradação do clima organizacional.

IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES QUE A EMBRAPA TERÁ NA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

A população brasileira mais que dobrou durante o período de vida da Embrapa (1973 até hoje), a população rural diminuiu (de 44% para 20%) e o número de jovens no campo é cada vez menor, enquanto o número de propriedades rurais aumentou e a produção agrícola cresceu ainda mais. A demanda por alimentos seguros, saudáveis e sustentáveis é crescente, demandas que requerem protagonismo e respostas adequadas da pesquisa agropecuária pública.

Para além da reorganização da pesquisa agropecuária pública, o cenário acima precisa ser equacionado sob a ótica das políticas públicas de forma a valorizar as agriculturas familiares e a população rural, realizar a necessária reforma agrária no país, promover a sustentabilidades de tais agriculturas, garantir a soberania alimentar dos brasileiros, entre outras diretrizes.

Nesse contexto, a agricultura precisa ser considerada, na formulação e execução de políticas públicas, como um vetor de desenvolvimento territorial em bases sustentáveis para garantir inclusão social, produtiva, cultural e acesso à terra aos agricultores. Para a retomada do desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural no Brasil, a Missão da Embrapa precisa ser consonante com um país mais justo e igualitário, algo como “ Viabilizar soluções sustentáveis para o desenvolvimento da agricultura com base territorial para a maioria dos agricultores familiares e povos tradicionais e em benefício da sociedade brasileira”, redirecionando assim a missão atual, qual seja, a de “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira”, que, na tentativa de ser supostamente neutra em seu enunciado, termina por beneficiar os grupos do agronegócio com maior poder de pressão e barganha sobre o estado brasileiro.

Portanto, **é imprescindível que a pesquisa da Embrapa** se volte prioritariamente para o desenvolvimento e suporte à agricultura familiar, inclusive porque ela contribui com mais de 70% dos alimentos produzidos, vendidos, comprados e consumidos no Brasil.

Essa postura exige profundas mudanças na estrutura institucional, hoje hierárquica, autoritária, centralizadora e excludente, tornando-a participativa, democrática, descentralizada, inclusiva e baseada na atuação colaborativa.

Neste sentido, **a Embrapa deve** reestruturar a forma como se articula com a sociedade para definir prioridades de pesquisa em base territorial, incorporando em sua institucionalidade representantes de movimentos sociais e povos tradicionais, e constituindo redes colaborativas, a fim de fortalecer as agendas social e ambiental. Deve também valorizar a participação de seu corpo técnico em coletivos que representem espaços de co-construção de estratégias e de políticas públicas aderentes às realidades locais e regionais. Ainda, precisa atuar de forma associada com os sistemas de cooperativas agrícolas, as secretarias municipais de agricultura, os órgãos de assistência técnica e extensão rural (Ater/Ates), as redes sociotécnicas, as escolas técnicas, Oepas, institutos e universidades federais e órgãos que agreguem profissionais das ciências agrárias (Crea, associações, sindicatos).

As agendas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Empresa e os mecanismos de construção da inovação social com base na bioeconomia deverão respeitar o protagonismo das comunidades tradicionais, o saber local, bem como a participação efetiva com controle social e empoderamento das comunidades, em total integração com os processos de capacitação continuada, comunicação, intercâmbio e construção coletiva de conhecimentos com as comunidades, em detrimento da apropriação da biodiversidade pelo capital para fins lucrativos. E **a política de recursos genéticos da Empresa deve ser revista**, a fim de socializar o acesso, principalmente, de sementes para populações indígenas e tradicionais.

No âmbito interno, é preciso destacar a **urgência na recomposição do quadro de pessoal da empresa** e fortalecer os escritórios de representação e cooperação internacional, os denominados Labex, inclusive tornando transparente o processo de seleção de seus representantes. Também na **esfera internacional, a Embrapa precisa** retomar as iniciativas bem sucedidas no âmbito da cooperação Sul-Sul - com ênfase em intercâmbio de experiências, conhecimentos e tecnologias sociais com países e com as Redes já consolidadas de agricultura familiar (Reaf, Prociur, etc.) e com os organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento, como a FAO, bem como fortalecer a cooperação científica internacional com laboratórios e instituições de referência no exterior, de forma alinhada às prioridades definidas em sua nova agenda.

DESAFIOS DO MEU PAPEL DE CONSELHEIRA E COMO APRIMORAR ESSA REPRESENTAÇÃO

Como representante eleita pelos trabalhadores para o Conselho de Administração da Embrapa, meu papel tem sido o de defender, intransigentemente, o caráter público da Empresa e a aplicação da pesquisa agropecuária para toda a sociedade brasileira, especificamente para os segmentos que de fato precisam dela – as agriculturas familiares/camposinos/povos e comunidades tradicionais.

Do mesmo modo, tenho trabalhado no sentido de apontar para os demais membros do Conselho potenciais riscos para a sustentabilidade da Embrapa, a exemplo dos sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários, e até os riscos para a segurança nacional, no caso de uma privatização da Empresa, e eventual entrega ao setor privado/multinacionais do patrimônio genético brasileiro que está sob guarda e estudos da empresa.

Os principais desafios que se apresentam para a minha atuação estão vinculados a aspectos de caráter legal, administrativo e cultural e que podem ser aprimorados por meio da atuação do Congresso Nacional, dos órgãos de controle da governança das Empresas Públicas e Estatais e das próprias instituições, quais sejam:

1 – Limites impostos pela Lei 12.513/2010, que impede a participação dos conselheiros eleitos nas discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, por configurar como “conflito de interesse” – esse aspecto precisa ser revisto, uma vez que em algumas empresas, o conselheiro é impedido até mesmo de expressar sua opinião sobre o tema para “não influenciar” os demais membros do conselho. Já existe projeto de lei em tramitação no Congresso para aprimorar a participação dos conselheiros eleitos e, em um novo governo democrático e popular, se faz urgente que a proposta tramite e seja aprovada;

2 – Do mesmo modo, que se faz urgente, a revisão da Lei 12.513/2010, de forma que seja permitida a eleição por meio de chapa, com titular e suplente, com possibilidade de participação do suplente quando das ausências do titular, pois representa uma excelente oportunidade de formação e aprendizado para as eleições futuras;

3 – O reduzido número de mulheres nos conselhos de administração é um aspecto cultural que exige análise e proposição de melhorias de forma urgente. A diversidade de gênero é fundamental nos conselhos, a fim de atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao Pacto Global da ONU e para que as Empresas Públicas e Estatais possam obter melhor resultado nos índices anuais que avaliam o desempenho de governança das empresas estatais federais, a exemplo do IG-SEST. Nesse sentido, tenho defendido a implementação de metas específicas na Embrapa para incentivar o acesso feminino a cargos de liderança – incluindo o Conselho de Administração, a Diretoria e a outras posições estratégicas;

4 – A interação entre o conselheiro eleito e os trabalhadores da Empresa é fundamental para uma boa prestação de contas. No entanto, o uso dos canais institucionais (e-mail corporativo, redes sociais corporativas etc.) com esse objetivo ainda é um aspecto delicado na maioria das instituições, as quais dificultam ou limitam significativamente tal acesso ao representante, mesmo sabendo que é direito e dever do mesmo prestar contas de sua atuação para aqueles que o elegeram. Nesse sentido, os conselheiros eleitos buscam por conta própria fazer esse trabalho, com uso de suas redes sociais e plataformas de mensagens. Há, no entanto, a necessidade de se prever, legalmente ou nos instrumentos de avaliação do desempenho de governança das empresas estatais federais, a formalização do direito de acesso a esses canais;

5 – A interação com as representações dos empregados (sindicato, associações, representantes nos planos de saúde e previdência complementar) é outra ação necessária que venho fazendo, mas que exige maior periodicidade e planejamento;

6 – A participação em fóruns de discussão com outros conselheiros eleitos é uma ação fundamental para o melhor aprendizado como conselheira, para o estabelecimento de pautas e encaminhamentos conjuntos que possam garantir maior força política e apoio junto ao Congresso Nacional e órgãos de fiscalização.

A elaboração desse documento contou com a colaboração de Pesquisadores, Analistas e Técnicos da Embrapa que lutam para que o Brasil volte em 2022 a ter um governo democrático, inclusivo e popular.



Selma Lúcia Lira Beltrão é Jornalista, Mestre em Desenvolvimento Sustentável na área de concentração de Política e Gestão de C&T pela Universidade de Brasília (UnB), Analista da Embrapa onde trabalha desde 1990, atualmente trabalha na Secretaria de Inovação e Negócios (SIN) da Embrapa Sede, em Brasília-DF. Foi por mais de 4 anos gerente-geral da Embrapa Informação Tecnológica em Brasília; foi eleita em 2020 como representante dos trabalhadores da Embrapa no Conselho de Administração da Empresa (Consad) e reeleita para mais um mandato em 2022; foi diretora e presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) e representante eleita pelos participantes, por 2 mandatos consecutivos, para o Conselho Deliberativo da Fundação de Seguridade Social - Ceres.



BANCO DO NORDESTE: 70 ANOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Por Rheberny Oliveira Santos Pamponet

O texto apresenta um breve histórico do Banco do Nordeste do Brasil e informações gerais sobre sua atuação, destacando as contribuições da empresa para o desenvolvimento regional, o impacto social de sua ação e os desafios para se manter como banco gestor de políticas públicas relevantes para a população nordestina e para o Brasil. Diante de um cenário de incertezas político-econômicas em 2022, o texto também aborda a perspectiva de retomada das bases democráticas e desenvolvimentistas no país, com destaque para o papel que o BNB pode exercer nessa reconstrução e os principais desafios e perspectivas dos trabalhadores e do representante dos trabalhadores no conselho de administração da instituição.

Palavras-chave: Banco do Nordeste do Brasil. BNB. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. FNE. Desenvolvimento Regional. Empresas Públicas. Conselho de administração. Caref.

No início dos anos 50, o agravamento do cenário econômico no nordeste brasileiro decorrente do forte racionamento produtivo e de crédito, além dos efeitos da estiagem que assolavam a região foram os principais motivadores para a formatação de políticas públicas específicas delineadas pela equipe econômica do governo Getúlio Vargas. As falhas de mercado eram evidentes e as poucas instituições existentes, como o DNOCS e o Banco do Brasil, tratavam de maneira reativa o combate à seca e a escassez de crédito, não tendo a especificidade e o alcance necessários para prover mudanças consistentes na realidade local.

Nas palavras do presidente Getúlio Vargas em seu discurso de 22/06/1952, o Banco do Nordeste vai ser criado como instrumento financeiro moderno para a luta contra a seca e para cuidar da organização econômica da região. Com efeito, como parte do plano geral de reformulação da atuação do Estado na região, foi sancionada, em 19/07/1952, a Lei 1.649 que cria o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), cujo objetivo era o estabelecimento de uma nova diretriz econômica e social para a região, integrando-a à cadeia produtiva nacional através de uma política de crédito especializada, com destaque para apoio aos empreendimentos na área do Polígono das Secas.

O BNB inicia sua jornada operacional em 1954 e, nas três décadas seguintes, em conjunto com outras instituições como DNOCS, CHESF, CODEVASF e SUDENE, promove mudanças importantes na economia do Nordeste, entretanto, apesar da ação contundente, era claro que a inexistência de um funding estável limitava sua atuação, tornando-o vulnerável às pressões conjunturais da economia e da política. Compreendendo que a disparidade das taxas de desenvolvimento inter-regional continuava a existir no Brasil e que era necessário garantir um aporte financeiro permanente, os legisladores da constituinte de 1988 criaram os Fundos Constitucionais de Financiamento com o fito de se tornarem recursos estáveis para o financiamento do setor produtivo das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nascia o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) que, regulamentado pela Lei 7.827/89, tinha a função precípua de ser o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, cumprindo uma série de diretrizes na formatação dos seus programas de crédito, tais como: atendimento prioritário aos mini/pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas; conjugação do crédito com assistência técnica; preservação do meio-ambiente; apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, especialmente em áreas interioranas, etc. Tendo-o como gestor exclusivo, o FNE torna-se a principal fonte de recursos do BNB, permitindo a este aumentar sobremaneira a sua capacidade de alavancar a economia da região com programas de crédito que combinavam taxa, prazo e garantias de forma diferenciada, criando um ecossistema salutar para a manutenção da competitividade dos empreendimentos rurais e urbanos e tornando-se um polo atrativo para novos investimentos.

Atualmente, o Banco do Nordeste é uma sociedade de economia mista que atua como banco múltiplo e atende pessoas físicas e jurídicas de todos os portes, operando nos diversos setores econômicos e sendo um agente de políticas públicas do governo fede-

ral na região. Conforme sua Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021, o Banco está presente em 2074 municípios, abrangendo toda a área dos nove estados da Região Nordeste, além do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo, com 978 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 686 unidades e postos de microcrédito urbano e rural, mantendo a liderança na aplicação de recursos de longo prazo e de crédito rural em sua área de atuação. Somente nos últimos 5 anos, contratou mais de R\$ 170 bilhões em operações de crédito, sendo mais de R\$ 115 bilhões com recursos do FNE. Pioneiro na escalada do microcrédito produtivo orientado no Brasil, promovendo inclusão financeira para empreendedores formais e informais, o Banco opera, desde 1998, o Crediamigo, programa de microcrédito urbano e, desde 2005, o Agroamigo, programa de microcrédito rural, tendo contratado mais de R\$ 16,3 bilhões em 2021 em cerca de 6 milhões de operações, em pleno alinhamento com a PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado). Para além do papel creditício, o banco também mensura os impactos econômico-financeiros de sua ação, estimando que, somente com as contratações em 2021 foram gerados ou mantidos 1,4 milhão de empregos, incrementados R\$ 9,64 bilhões na massa salarial, gerados R\$ 5,50 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 59,97 bilhões no Valor Bruto de Produção e R\$ 34,03 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

O BNB também atua na construção de estratégias de formação e potencialização das cadeias produtivas regionais através do seu Programa de Desenvolvimento Territorial (PRODETER), fomentando ecossistemas de parceria institucional que proporcionam cooperação, capacitação, difusão tecnológica e inovação. Contribuindo também para a geração de conhecimento de interesse regional, o Banco possui, desde a sua fundação, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, unidade de referência que produz análises e publicações sobre a realidade socioeconômica da região. Além disso, o Banco também disponibiliza recursos não-rembolsáveis voltados ao apoio financeiro de projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão tecnológica, como é o caso do FUNDECI. Destarte, do alto dos seus 70 anos, com resultados financeiros, econômicos e sociais de impacto e elevado grau de governança, o Banco do Nordeste está consolidado como um agente executor de políticas públicas imprescindível para a região e para o Brasil, cumprindo sua missão institucional, promovendo um ambiente empresarial competitivo e contribuindo para o bem-estar da população.

Entretanto, essa pujança financeira e relevância social da instituição sempre atçou a sanha dos que menosprezam o papel das empresas públicas e insistem em sustentar a ideia do Estado na sua mínima dimensão. No atual paradigma político, a magnitude dos ataques aos bancos públicos evidencia o poder e a influência que o capital financeiro exerce sobre o sistema político nacional, dada a série de proposições legislativas que tramitaram no congresso com potencial de enfraquecer os bancos públicos e promover ataques aos fundos constitucionais. No caso do BNB, por exemplo, tivemos a PEC 87/2015, que incluía os recursos do FNE no rol da

desvinculação de receitas da união; a MP 812/2017, transformada na lei 13682/2018, que modificou a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais e reduziu a sistemática de remuneração dos bancos administradores; a PEC 119/2019 que propôs o compartilhamento de 30% dos fundos constitucionais com estados e municípios e a MP 1052/2020 que, dentre outras iniciativas, propunha uma drástica redução na taxa de administração e del credere devidos aos bancos administradores dos fundos constitucionais. Em episódio mais recente e sob a égide de um discurso ideológico, a operação de microcrédito da instituição foi posta em sério risco de descontinuidade, um movimento com supostos fins eleitorais que também trouxe no bojo o interesse do governo em privatizar uma fatia estratégica e lucrativa da operação do Banco. Em linhas gerais, se levadas a cabo nos moldes inicialmente apresentados, tais proposições causariam danos irreversíveis à capacidade do BNB de exercer seu papel de fomento/desenvolvimento, com consequências desastrosas para os setores produtivos que hoje se beneficiam das condições diferenciadas de crédito, além de causar impactos econômicos negativos na geração de emprego, renda, tributos e etc. Conforme expõe o economista Ladislau Dowbor, as opções para o nosso desenvolvimento dependem, em grande parte, do controle do



Antiga sede do Banco do Nordeste do Brasil, de 1984.
Foto: Antonio Caramelo

sistema financeiro, que permite que se priorize o que é necessário para o país. Nessa perspectiva, é notório que, no Brasil, o sistema foi apropriado por grandes corporações, deformando radicalmente as prioridades financeiras e expondo a sociedade e suas instituições à especulação rentista, fato deveras acentuado na atual crise. Em um ano de eleições para o executivo/legislativo federal e estadual, no qual se tem uma grande expectativa sobre os rumos políticos e econômicos a serem dados ao país, desponta a oportunidade de se formatar proposições para a retomada do desenvolvimento, a redução das desigualdades e a socialização do bem-estar social, sendo imprescindível reforçarmos o papel que a empresa pública pode e deve exercer neste cenário.

Na contramão do racionamento característico desses ambientes de incerteza e reforçando sua missão desenvolvimentista, o BNB, ao longo de sua história, se habilitou a sustentar o movimento anticíclico de disponibilidade de produtos e serviços financeiros para a região, com programas especializados e estratégias de longo prazo que permitem a manutenção do crédito acessível. Além disso, com um corpo funcional capacitado e comprometido com sua missão institucional, proporciona um atendimento de qualidade aos seus clientes e parceiros nos diversos rincões da região, atingindo níveis de excelência nos indicadores de governança, conformidade e ouvidoria. Esse conjunto de qualificadores concatenado com seu perfil de resiliência à volatilidade dos ciclos econômicos de curto prazo, tornam o BNB uma peça fundamental para a retomada do desenvolvimento do país, que se delinea fortemente com a reorganização política nacional em torno de um projeto democrático de governo com foco no social.

Nessa conjuntura, os trabalhadores e trabalhadoras cumprem função essencial de protagonizarem o debate e as ações progressistas, sendo o papel do conselheiro de administração representante dos funcionários (Caref) ainda mais relevante, na medida em que este necessita transpor a perspectiva dos trabalhadores para as diretrizes estratégicas da empresa, sem pestanejar diante da desproporção de forças que permeia o colegiado. Conciliar a agenda dupla, manter-se preparado tecnicamente e vigilante quanto aos diversos temas são desafios permanentes da função, que exige ainda uma inteligência emocional e interpessoal aguçada para lidar com as pressões iminentes e para construir espaços de diálogo capazes de promover avanços. A linha tênue que separa o dever de sigilo do compromisso de transparência ainda se mostra um ponto ambíguo, ensejando aprimoramento dos mecanismos de comunicação com a base. Apesar das intempéries, conseguimos consolidar no BNB o profícuo papel de diversidade de pensamento e de identidade representativa que o Caref deve exercer, combinando visão sistêmica, diligência e independência no exercício do cargo.

Para além das responsabilidades estatutárias e buscando contrapor a forte escalada privatista pós 2016, temos construído uma luta conjunta com conselheiros e conselheiras de estatais, pautando ações e reflexões com outros atores e entidades representativas em prol de garantir serviços públicos e de qualidade para todos. Compreendemos que o caminho para o desenvolvimento democrático e de socialização do bem-estar perpassa pelo fortalecimento das organizações públicas, pela reconfiguração da estrutura política de composição do Estado e pelo devido reconhecimento do trabalhador enquanto força motriz da prosperidade social.



Rheberny Oliveira Santos Pamponet é membro do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) desde 25 de maio de 2019, como representante eleito pelos empregados. É funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S/A desde 2005, onde exerce a função de Gerente de Negócios na agência de Camaçari (BA). Graduado em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana (BA). Pós-graduado com Especialização em Controladoria e Finanças pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana (2010).



Foto: Diego Baravelli

A IMPORTÂNCIA DA TRANSPETRO PARA O BRASIL

Por **Felipe Homero Pontes**

Este artigo é um recorte do estudo de autoria do Sr. Paulo César Ribeiro Lima, denominado "A IMPORTÂNCIA DA TRANSPETRO PARA A PETROBRÁS E PARA O BRASIL". O referido estudo tem como objetivo apresentar ao leitor uma visão clara e intuitiva, versando sobre a criação, a missão e a posição estratégica da Transpetro, esclarecendo, ainda, de que forma ela vem sendo frontalmente atacada no processo de desmantelamento do sistema Petrobrás nos últimos anos. Por fim, retrata os principais desafios políticos e institucionais presentes nos Conselhos de Administração das Estatais.

Palavras-chave: Conselho de administração. Participação dos trabalhadores. Transpetro. Petrobras. Privatização.

A Transpetro é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, que foi constituída em 12 de junho de 1998. As atividades da Companhia concentram-se em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. A empresa opera mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 38 navios (já foram 57). A Companhia opera de forma integrada terminais, oleodutos, gasodutos e navios e interliga as áreas de produção, refino e distribuição da Petrobrás. São realizados o armazenamento e o transporte de petróleo e seus derivados, etanol, gás e biocombustíveis, incluindo as atividades de importação e exportação.

As instalações operadas pela Transpetro, que incluem dutos da Petrobrás e de terceiros, estão localizadas em 20 Estados do País, como mostrado na Figura 1

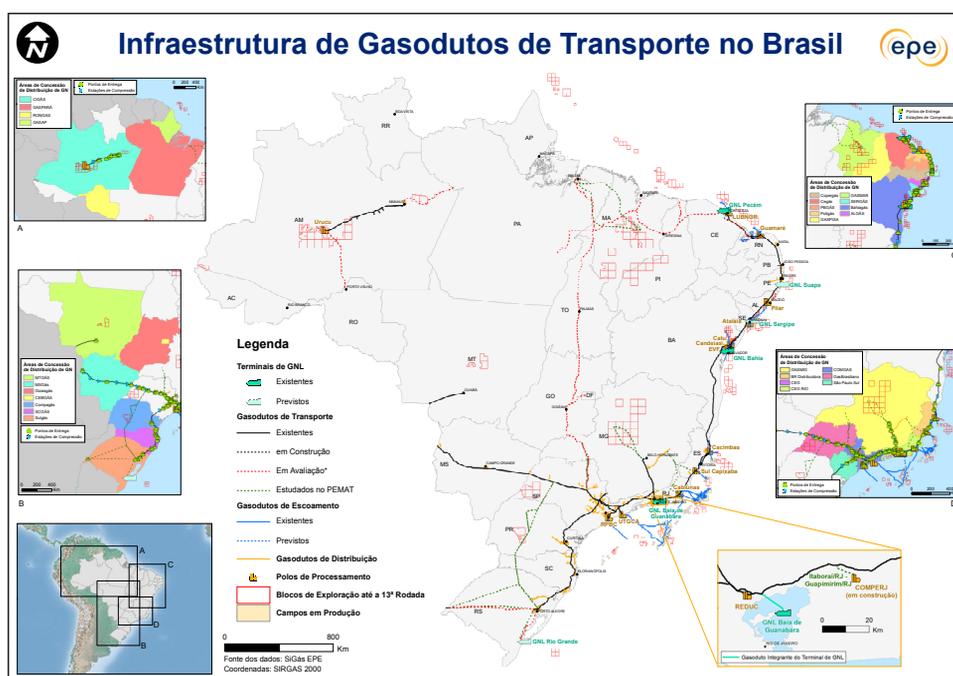


Figura 1: Instalações operadas pela Transpetro

Desde 2015, a Companhia mantém a política de distribuição integral das reservas acumuladas e dos resultados gerados em cada exercício. A Companhia foi criada em razão do art. 65 da Lei nº 9.479/1997, que estabelece a criação de uma única subsidiária da Petrobrás para atuar no segmento de transporte por dutos e armazenamento. Isso, no entanto, não ocorreu. Os ativos desses segmentos foram

mantidos com a própria Petrobrás ou transferidos para outras empresas que eram subsidiárias como a TAG e a NTS. A alta eficiência da Transpetro permite que essas empresas apresentem elevados lucros. Esses lucros permitiram que a TAG e a NTS fossem privatizadas por elevados valores, R\$ 33,5 bilhões e US\$ 5,08 bilhões, respectivamente. Segundo a ANP, em 2016, havia 110 gasodutos no Brasil. A infraestrutura de produção e movimentação de gás natural, relativa a esse ano, é mostrada na Figura 2.

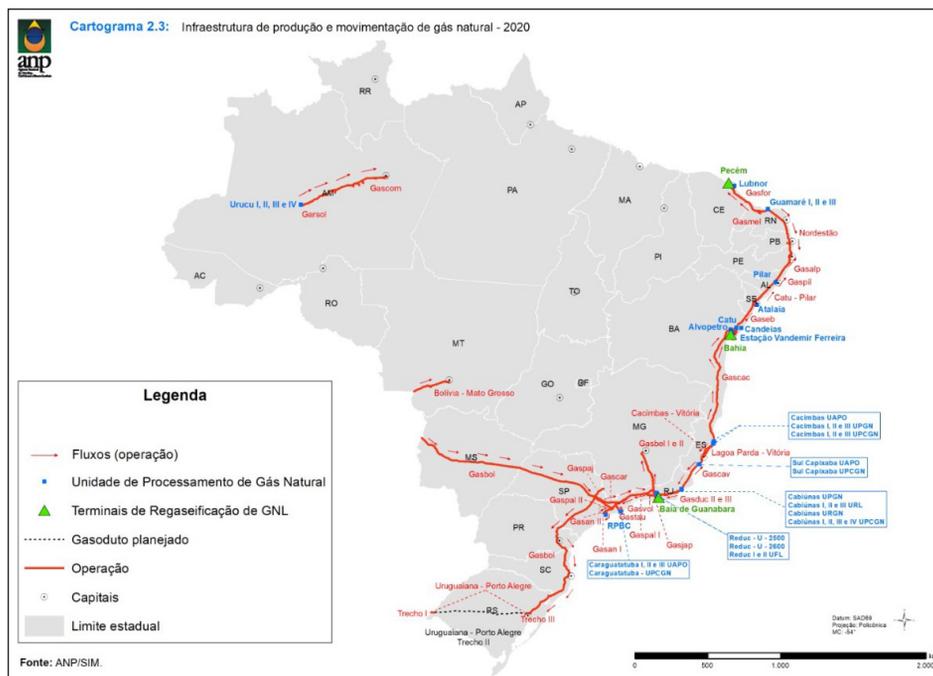


Figura 2: Infraestrutura de produção e movimentação de gás natural

Ao contrário dos terminais e dutos, a Petrobrás opera suas refinarias, que também apresentam elevada eficiência. Em 2018, essas atividades representaram uma agregação de valor de US\$ 14,80 por barril, para um custo médio do refino de apenas US\$ 2,51 por barril. No segmento de produção a Petrobrás também apresenta uma elevada eficiência. O custo total de produção da estatal, sem participação governamental, é de cerca de US\$ 20 por barril.

Apesar da alta eficiência do Sistema Petrobrás, a estatal já vendeu 90% de participação na TAG e na NTS, anunciou a venda de participação na TBG e está em processo de venda de metade da sua capacidade de refino e dos terminais e dutos associados a essa capacidade. Detalhando apenas o caso TAG, em 13 de junho de 2019, a Petrobrás informou sobre a conclusão da venda de 90% da participação na TAG para o grupo formado pela ENGIE e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec – CDPQ.

O fechamento da transação ocorreu com o pagamento total de R\$ 33,5 bilhões para a Petrobrás, sendo aproximadamente R\$ 2 bilhões destinados à liquidação da dívida da TAG com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Petrobrás informou, ainda, que continuará utilizando os serviços de transporte de gás natural prestados pela TAG, por meio dos contratos já vigentes entre as duas companhias, sem qualquer impacto nas operações e na entrega de gás natural aos clientes.

Em 25 de junho de 2019, a Transpetro firmou contrato com a TAG no valor de R\$ 5,46 bilhões para prestar serviço de suporte técnico ao transporte de gás.

O acordo entre Transpetro e a TAG tem duração de dez anos. O vínculo, no entanto, pode ser suspenso previamente, em 36 meses, e assim a ENGIE o fez, encerrou o contrato com a Transpetro.

Com a privatização dessas refinarias e dos seus terminais e dutos associados, haverá grande elevação no custo de produção dos derivados no Brasil, pois os investimentos feitos pelos compradores terão que ser recuperados a partir dos preços cobrados dos consumidores. Além disso, poderá haver grande elevação no custo da matéria-prima, que é o petróleo.

Com relação à concorrência, destaca o próprio BNDES que as refinarias da Petrobrás foram construídas com grande escala de produção, para minimizar o custo de abastecimento e para assistir regiões específicas do território nacional, complementando-se entre si na produção de derivados necessários ao atendimento de cada região. Nessa lógica, algumas refinarias, ou um conjunto delas atuando complementarmente, configuram uma situação de monopólios regionais para o fornecimento de seus produtos aos mercados a que atendem.

Desse modo, a privatização das oito refinarias e seus terminais e dutos associados pode levar a monopólios regionais privados que produzirão derivados a custos muito mais altos que os da Petrobrás. Nessa situação é difícil imaginar um cenário de baixos preços dos derivados de petróleo no País em razão das privatizações.

É importante que a Petrobrás criou a Transpetro para desverticalizar o segmento de refino e transportes. No entanto, os clusters estão sendo privatizados de forma integrada, pois os ativos englobam tanto as refinarias, quanto os terminais e dutos associados.

A venda dos terminais e dutos à mesma empresa que comprar a refinaria reforça, ainda mais, a convicção de que haverá um monopólio privado de alto custo em vez de um monopólio estatal eficiente e de baixo custo.

Nesse contexto, considera-se inadequado o Termo de Compromisso de Cessação firmado entre o Cade e a Petrobrás, no qual a estatal se comprometeu a alienar oito de suas treze refinarias, juntamente com os terminais e dutos.

O que o Cade tratou como potencialmente anticompetitivo foi a estrutura do mercado de refino no País. No entanto, sua competência é para a repressão do abuso do poder econômico, não para a repressão do poder econômico em si. O mercado de atividades de transporte e refino, que são monopólios da União, deve ser regulado, ainda mais no caso do Brasil, onde os monopólios naturais e regionais são evidentes.

Além de inviabilizarem benefícios econômicos para a sociedade brasileira, consideram-se ilegais os processos de privatização da TAG, da NTS e dos ativos de refino e transporte (clusters).

O modelo de venda desses clusters contempla a criação de subsidiárias para imediatamente vendê-las sem licitação e sem autorização legislativa. Como a venda de ativos de refino e logística exige licitação pública, a Petrobrás usa o artifício de criar subsidiárias para vender os mesmos ativos sem o devido processo licitatório nos termos de Lei nº 13.303/2016, novo estatuto jurídico das empresas estatais.

Além disso, em razão de dispositivos da Lei nº 9.478/1997 e da Lei nº 9.491/1997, considera-se que a decisão do STF de dispensa de autorização legislativa e licitação para alienação de ações de subsidiárias, proferida em 6 de junho de 2019, não se aplica aos clusters de refino e transporte.

Nos termos do art. 64 da Lei nº 9.478/1997, a Petrobrás está autorizada a criar subsidiárias para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social, como refino e transporte. Essas subsidiárias, no entanto, somente podem ser constituídas, nos termos do art. 173 da Constituição Federal, por imperativos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.

Assim, a administração da Petrobrás não pode vender os clusters de refino e transporte ou 100% de participação das futuras subsidiárias, pois se isso ocorrer por mera decisão administrativa deverá haver o retorno dos ativos e das atividades à controladora.

Mas não é somente a Lei nº 9.478/1997 que determina que a Petrobrás e suas subsidiárias não podem ser desestatizadas por mera decisão administrativa. A Lei nº 9.491/1997 também veda a desestatização da Petrobrás e suas subsidiárias, especialmente as que desempenham as atividades previstas no art. 177 da Constituição Federal.

As participações diretas ou indiretas da União em subsidiárias da Petrobrás e na própria controladora estão submetidas ao inciso I e § 2º do art. 2º e ao art. 3º da Lei nº 9.491/1997.

Como as atividades de refino e transporte estão entre as previstas no art. 177 da Constituição Federal e o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.491/1997 veda a privatização da Petrobrás, há vedação legal à alienação de participações em subsidiárias de refino e transporte.

No caso dos clusters de refino e logística, a vedação da alienação do controle acionário sem alterações nas leis vigentes no País é ainda mais explícita, pois o art. 65 da Lei nº 9.478/1997 determina a constituição de uma única subsidiária com atribuições específicas, dentre elas a operação e construção de terminais e dutos, que é a Transpetro.

Se a administração da Petrobrás decidir dar continuidade ao respectivo processo de venda dos ativos de refino e transporte, ela estará, de fato, transferindo esses ativos para terceiros sem autorização legal, em afronta às Leis nº 9.491/1997 e nº 9.478/1997.

É importante registrar, ainda, que as alienações do controle acionário de subsidiárias, desde o governo do Presidente Fernando Collor até o governo do Presidente Michel Temer, sempre foram consideradas desestatizações, e, por isso, incluídas no Plano Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491/1997 e, mais recentemente, a Lei nº 13.334/2016.

Foram desestatizadas, por decisão política, desde inúmeras subsidiárias e controladas da Petrobrás, como Petrofértil, Petromisa, Petroflex, Copesul, Copene e muitas outras, na década de 1990. Essas empresas não exerciam, contudo, atividades previstas no art. 177 da Constituição Federal.

Destaque-se, por fim, que a elevada eficiência da Transpetro gera elevados lucros para terceiros, mas não para si própria.

Na realidade, a venda dos ativos de transporte representa a privatização de instalações operadas pela Transpetro que geram altos lucros para outras empresas. Em última análise, essa venda representa a ilegal privatização da Transpetro, que passa a depender de empresas privadas para continuar operando os ativos que deveriam ser da própria Companhia, desde a sua criação.

É diante desses prismas que um conselheiro de administração representante dos empregados necessita se debruçar, além de se fazer imperativo a união dos demais conselheiros representantes dos empregados das estatais para tratarmos também de pautas institucionais para que possamos ter colegiados cada vez mais justos e fidedignamente representativos.



Felipe Homero Pontes tem formação como Técnico em Operação e Produção de Petróleo e Gás (SENAI – Campos dos Goytacazes – 2005), Bacharel em Engenharia Química (FAACZ - Faculdades Integradas de Aracruz 2015), possui MBA Investimento e Mercado Financeiro (FUCAPE – 2020), empregado da Petrobras Transporte S.A – Transpetro, atuando como Técnico de Operação Pleno e, atualmente, é o Conselheiro de Administração representante dos empregados da Petrobras Transporte S.A – Transpetro.



O PAPEL DA CASA DA MOEDA

Por **Edson Francisco da Silva**

Este texto aborda a importância da Casa da Moeda e a necessidade de fortalecimento dessa empresa pública. Também apresenta considerações sobre as ações do Governo Federal para promover a privatização das atividades da Casa da Moeda. Relata, ainda, o tratamento dessa pauta no âmbito do Conselho de Administração pelo conselheiro representante dos empregados.

Palavras-chave: Casa da Moeda do Brasil; Privatização; Participação dos trabalhadores; Conselho de administração; Empresa pública; Investimento público

BREVE HISTÓRICO

Criada em 1694, a Casa da Moeda do Brasil (CMB) surge como as demais congêneres no mundo para conferir autenticidade e segurança para a presença do Estado. Ainda como colônia, a CMB era a única incumbida do refino de ouro e confecção de moedas, atividades que jamais poderiam pertencer (como jamais pertenceram) à livre iniciativa dos entes privados. Por toda a história do Brasil-Colônia, a CMB sempre desempenhou suas atividades dentro da própria estrutura do Estado brasileiro. Após a independência do Brasil, a situação se manteve.

A CMB preservou sua condição institucional durante todo período imperial, assim como o período republicano sem que sobre ela recaísse qualquer dúvida sobre seu papel de agente garantidor da autenticidade e das principais marcas estatais, inclusive com o advento da Lei 4510/64 que a transformou em Autarquia.

Adquiridas as soberanias monetárias (capacidade técnica e operacional de prover todo o meio circulante nacional) e de fiscalização (capacidade técnica e operacional de conferir autenticidade aos selos de controle para diversas atividades do Estado), a CMB se transforma em empresa pública em 1973 através da Lei 5.895/1973, preservando todas as suas atividades até então desempenhadas.

A – PERÍODO DE PROSPERIDADE (2006 A 2014)

Promovendo profunda modernização, a CMB se reequipou completamente, investindo cerca de um bilhão de reais em equipamentos e se tornando a casa impressora melhor aparelhada no mundo, oportunizando a nova família do plano real, sendo hoje uma das cédulas mais seguras do planeta.

Foram implantados os selos inteligentes (selos físicos com garantia de autenticidade através de códigos de individualização) e os novos passaportes, gerando grandes saltos de performance técnica e operacional neste período, como a utilização de tecnologia absolutamente inédita e disruptiva devido a implantação de selo digital para controle de bebidas, que proporcionou um aumento de arrecadação para o Estado Brasileiro na ordem de 30%.

Paralelamente, foram feitos pesados investimentos tecnológicos como a aquisição de sala cofre para armazenagem não só dos dados de controle fiscal, como também dos cidadãos brasileiros com vistas à confecção do Registro de Identidade Civil (RIC) e sua unificação, que solucionaria a histórica deficiência de segurança nas identidades emitidas pelos estados.

As medidas acima sucintamente descritas geraram para a CMB resultados impressionantes, saltando de um faturamento de 300 milhões, em 2002, para cerca de 3 bilhões, em 2013. Em termos de lucratividade, e, conseqüente, remessa de dividendos para União, a Casa da Moeda atingiu o patamar de mais de 780 milhões em 2013. Diante deste novo cenário, foi celebrado em 2014 um novo Plano de Cargos Carreiras e Salários que estancou definitivamente o turnover (rotatividade de empregados) da empresa, estabilizando sua capacidade de mão de obra.

Todas estas medidas e conquistas foram fruto, sobretudo, das políticas públicas planejadas e bem orientadas em que se respeitou a natureza da CMB e suas atividades, aparelhando-a com mão de obra e equipamentos adequados para a consecução de objetivos estritamente estatais, não invadindo a CMB qualquer esfera de atuação que fosse estritamente privada e concorrencial.

B - DECLÍNIO DA CMB

Tão logo sacramentado o impeachment da Presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016, o governo Temer iniciou uma política de Estado Mínimo que impactou profunda e negativamente a CMB. Enunciaremos, para melhor compreensão, os sete principais tópicos que evidenciam a forma orquestrada e incessante de como o Estado brasileiro atenta contra sua Casa da Moeda, diferentemente de todos outros países com economias minimamente fortes:

(I) Interpretação dada à Emenda Constitucional 93, de 08 de setembro de 2016 A Emenda Constitucional 93 alterou o artigo 76 da Constituição para incluir as taxas no rol de receitas desvinculadas.

No caso da CMB, todos os selos de controle são remunerados mediante taxa de serviço público, que variam entre R\$ 0,01 (um centavo) e R\$ 0,05 (cinco centavos) por selo ou unidade controlada. Com o advento da Emenda Constitucional 93 e a interpretação retroativa que lhe foi atribuída, esta empresa pública deixou de ser remunerada em 2016 pelos serviços que efetivamente prestou em cerca de R\$ 530 milhões.

(II) Medida Provisória 745, de 15 de setembro de 2016

Esta Medida Provisória foi editada sob o pretexto de possibilitar o Banco Central importar cédulas e moedas na hipótese de a CMB não conseguir produzir toda quantidade demandada. Editada a MP, o Banco Central adquiriu por emergência (sem licitação) cédulas de R\$ 2,00 de qualidade bastante questionável.

Neste particular, é importante destacar que a CMB se estruturou, seja em maquinários, seja em força de trabalho, para uma produção anual na ordem 3 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas.

Vale destacar que o SNM (Sindicato Nacional dos Moedeiros) atuou intensamente na tramitação da MP até que se convertesse na Lei 13.416/17, ficando ajustado em todos os debates ocorridos no Congresso que o Banco Central somente lançaria mão da possibilidade de importar cédulas e moedas no caso de inviabilidade de ser fornecido pela CMB.

(III) Ato Declaratório Executivo COFIS nº 75, de 17 de outubro de 2016

Como dito, os selos digitais são legalmente tratados como taxa instituída pela Lei 12.995/2014, portanto uma obrigação tributária que não poderia ser desonerada sem lei expressa que autorizasse. Contudo, em 17 de outubro de 2016 a Receita Federal do Brasil desobrigou, por um ato estritamente administrativo, todas as envasadoras nacionais do controle de bebidas.

Não bastasse a gravidade do ato em si, da perda de faturamento da CMB na ordem de 60% e do retorno da tributação ao sistema de autodeclaração, estima-se que esta medida gera uma perda real de arrecadação em torno de 17 bilhões de reais anuais, entre tributos federais e estaduais.

Fontes recentes como no jornal METRÓPOLES de 20/06/2022, aponta que o número saltou de 1,9 bilhão de litros produzidos ilegalmente em 2016, para 4,2 bilhões em 2020. Um crescimento médio anual de 21% onde a sonegação fiscal, com o comércio ilegal de bebidas, atingiu cerca de R\$ 38 bilhões em perdas fiscais para o Brasil somente no ano 2020.

(IV) Inclusão da CMB no Programa de Parceria de Investimentos, em 23 de agosto de 2017

Severamente impactada em sua sustentabilidade financeira e em crise reputacional, a CMB passou a ser tratada como uma empresa deficitária. O programa privatizante implementado no primeiro dia do ainda provisório Governo Temer através da MP 727, de 12 de maio de 2016 trouxe a seguinte medida: a criação do Programa de Parcerias de Investimentos PPI, nada mais sendo que um atalho para inserir qualquer estatal no rol de vontades do governo em privatizar, independentemente das atividades ou a natureza dos serviços em questão. No caso da CMB, sua inserção no PPI se deu através de mera resolução (Resolução nº 17, DE 23 de agosto de 2017) em que já se previu o Leilão da empresa para o 4º trimestre de 2018, sem uma linha sequer de estudo ou de uma abordagem minimamente crítica da importância da empresa.

(V) Inserção da CMB no Plano Nacional de Desestatização pelo Decreto 10.054, de 14 de outubro de 2019

Pouco depois de uma nova diretoria assumir a direção da CMB, foi editado o Decreto 10.054/19 que inseriu formalmente a CMB na relação de empresas a serem privatizadas.

(VI) Medida Provisória 902, de 05 de novembro de 2019

Conforme explicitamente declarado pela equipe econômica, a privatização da CMB passaria necessariamente pelo fim das exclusividades de suas atividades.

A primariedade e incorreção deste entendimento foram prontamente rechaçadas pelo Congresso Nacional por intermédio de comissão mista presidida pela Deputada Benedita da Silva e relatoria do Senador Nelsinho Trad, inclusive com a elaboração de vigoroso relatório reiterando o papel fundamental da CMB nos serviços públicos que presta.

Ao final, este normativo teve sua vigência encerrada em 14 de abril de 2020, impedindo sua conversão em Lei.

(VII) Projeto de Lei 3887/20, de 20 de julho de 2020

O objetivo propalado do P.L. 3.887/20 seria o de harmonizar as regras de PIS/COFINS para promover racionalização e desburocratização do sistema tributário. Contudo, provoca retrocesso ao impor aos fabricantes de bebidas inúmeras atividades e obrigações acessórias para fazer prova, perante o fisco, das quantidades efetivamente produzidas e o cálculo do respectivo imposto. Em resumidas linhas, este PL visa simplesmente tentar “corrigir” o erro citado no item (III) acima ao “liberar” as empresas envasadoras de bebidas frias de um eficiente controle fiscal que consiste em realizar contagem, reconhecimento e selagem de toda sua produção, em tempo real, reduzindo a possibilidade de sonegação tributária do IPI, coibindo a concorrência desleal de natureza fiscal ao mesmo tempo que permite sua utilização racional por outras administrações fazendárias estaduais, com importantes reflexos na garantia de autenticidade dos produtos e, conseqüentemente, para saúde pública.

C - CONCLUSÕES

Esta síntese dos principais acontecimentos ocorridos, deixa claro que o desempenho da Casa da Moeda do Brasil está intimamente atrelado ao entendimento e reconhecimento da importância de suas atividades.

Das muitas lutas internas e externas dos últimos anos, a Categoria Moedeira liderada pelo SNM, que inclusive fora expulso da empresa, cumpriu um papel fundamental para permanência da CMB como empresa pública.

Nesse sentido, buscamos conseguir restabelecer o protagonismo da Casa da Moeda nas atividades e projetos interrompidos desde 2016, em evidente prejuízo ao Estado brasileiro, tais como:

- Retomada da exclusividade plena da CMB na fabricação de cédulas e moedas, com a revogação da Lei 13.416/17;
- Restabelecimento do controle de bebidas frias;
- Ampliação dos selos de fiscalização para setores sensíveis como combustíveis, medicamentos, minério, pólvora, agro produtos etc...;
- Atuação efetiva da CMB nas placas veiculares rastreáveis;
- Atuação efetiva da CMB no projeto ENEM eletrônico e na garantia do resguardo dos sistemas de identificação nacional;
- Atuação efetiva da CMB em todas as demais demandas que requerem a autenticidade estatal como forma de garantia de atividades e diversas identificações para proteção e resguardo pelo Estado brasileiro;
- Atuação efetiva da CMB nas tecnologias de inovação incrementais ou disruptivas sempre que envolverem as atividades de controle, autenticidade e rastreabilidade para quaisquer tipos de fiscalização.

Atualmente a iminente entrada da tecnologia 5G associada as transformações da IoT na indústria 4.0 trará grandes desafios para a Casa da Moeda que envolvem Projetos Estratégicos de Estado como o Real Digital do Banco Central, Rota Brasil da Receita Federal e o PNL 35 do Ministério da Infraestrutura por exemplo.

O alinhamento desta Empresa Pública aos projetos do Brasil, cumprirá a sua MISSÃO que é prover e garantir soluções de segurança nos segmentos de meio circulante e pagamento, rastreabilidade, autenticidade, controle fiscal e postal, e sua VISÃO que é ser reconhecida pela sociedade por sua excelência e inovação em seus produtos e serviços.



Edson Francisco da Silva é Representante dos Empregados no Conselho de Administração da CMB. Tem formação Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Privada – Certificado pela Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC – Conclusão 2017; Curso de Pós-Graduação LATO SENSU em Sindicalismo e Trabalho – Escola DIEESE de Ciências do Trabalho – Conclusão 2019. Atuou como Diretor de Relações Sindicais; Diretor de Comunicação e Formação; Diretor Secretário Geral no Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira, entre 2014 até junho de 2021, quando teve que se desligar para assumir como Conselheiro da CMB.

Foto: Diego Baravelli

O DIREITO À COMUNICAÇÃO: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO

Por **Kariane Costa**

Este texto versa sobre o histórico e a importância da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e sobre a necessidade de fortalecimento da independência da comunicação pública, de modo a garantir a pluralidade, o pensamento crítico, o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, regional, de raça, gênero e religiosa. Também apresenta considerações sobre o movimento do governo federal no sentido de inviabilizar as atividades da empresa e relata o enfrentamento dessa pauta perversa para a democracia brasileira no âmbito do Conselho de Administração da EBC pela conselheira representante dos empregados e empregadas.

Palavras-chave: EBC. Privatização. Participação dos trabalhadores. Conselho de administração. Importância da comunicação pública.

RETOMADA DAS ATIVIDADES NO MARANHÃO E A INSTALAÇÃO DO COMITÊ EDITORIAL SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS DE 2022 PARA OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EBC

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública federal, teve sua criação aprovada pelo Congresso Nacional como instrumento de efetivação do artigo 223 da Constituição Federal – que garantiu a complementariedade entre os sistemas privado, público e estatal na comunicação do país.

A Lei que criou a estatal (nº 11.652, de 2008) regulamenta esta diretriz, autorizando a criação da empresa e determinando os princípios e objetivos da comunicação pública no Brasil. É importante destacar que uma empresa pública, antes de pertencer a um ou outro governo, só pode ser criada como iniciativa do executivo, e assim foi feito no caso da EBC.

Foi uma materialização tardia do que a Constituição determinava desde sua promulgação, no fim dos anos 1980.

As atuais emissoras não surgiram do nada. Elas sucederam iniciativas históricas, como a TVE do Rio de Janeiro e do Maranhão, a TV Nacional de Brasília e as sete rádios Nacional e MEC. Essas emissoras já existiam e eram mantidas pelo governo federal via Radiobrás ou Acerp – uma Osci criada para gerir a TVE e a Rádio MEC após a extinção da Fundação Pública Roquete Pinto, em 1995. A EBC é ainda responsável pela Agência Brasil, que é herdeira da Agência Nacional (1937-1979) e da Empresa Brasileira de Notícias, a EBN (1979-1988), que foi fundida com a Empresa Brasileira de Comunicação - Radiobrás (1975-2008) – a antecessora da EBC.

Portanto, a EBC é fruto de estruturas públicas que existem há quase 100 anos.

E, sim, a EBC foi um marco histórico para a construção de um sistema público no país. A população precisa das emissoras de rádio e TV geridas pela EBC, com sua programação ampliada e complementar aos serviços privados, com a oferta de conteúdos que devem prezar pela cidadania, pela educação, pela cultura e pela informação isenta e de qualidade.

A criação da EBC foi um passo importante para consolidar o sistema público federal, com recursos garantidos por uma contribuição específica, cujos valores acumulados permitiriam a manutenção da empresa por 5 anos nos atuais níveis de investimento. A lei inovou na participação social, com a existência de um Conselho Curador garantidor de que os interesses da sociedade estariam representados nos conteúdos da empresa e que, infelizmente, foi alvo da primeira oportunidade do ex-presidente Michel Temer ao assumir o Executivo. O Conselho foi dissolvido junto com o fim do mandato fixo do diretor-presidente, dois mecanismos que tentavam garantir a autonomia da empresa frente ao governo. Autonomia essa que ainda é assegurada em lei, mas não na prática.

A extinção, ou privatização, da TV Brasil acabaria com um veículo fundamental ao país, que garante conteúdo alternativo frente aos veículos privados, que têm em sua finalidade apenas o lucro. Ela garante hoje uma faixa de conteúdo infantil, o que não se vê mais na TV aberta, ofertando conteúdos educativos de qualidade a milhões de crianças, sem depender do pagamento de uma assinatura. A EBC deve garantir em seus veículos a pluralidade, o pensamento crítico, o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, regional, de raça, gênero e religiosa. Está tudo na lei aprovada pelo Congresso.

É oportuno lembrar, ainda, que a comunicação pública não é uma invenção do Brasil, ela é uma realidade em todo o mundo. Países com democracias consolidadas, inclusive as mais liberais, entendem e estimulam o papel da comunicação pública para atender ao direito à informação dos cidadãos, investir em conteúdos sem apelo comercial e pautar temas de interesse público. É o caso da BBC no Reino Unido, da RTP em Portugal, da NHK no Japão ou da PBS nos Estados Unidos.

A manutenção da EBC e o fortalecimento da Comunicação Pública do Brasil são, inclusive, defendidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como mostra o documento publicado em 2020:

O serviço público de radiodifusão não deveria ser sujeito a pressões financeiras ou políticas inadequadas no tocante às suas decisões editoriais. O financiamento previsível, independente do ciclo político, é essencial para a independência jornalística e de programação. A EBC necessita de financiamento estável e suficiente, bem como de autonomia editorial, para funcionar bem. Os serviços públicos de radiodifusão (SPR) podem desempenhar um papel importante em informar os cidadãos, o que é particularmente relevante se o objetivo é fornecer conteúdo verificado e confiável segundo padrões jornalísticos rigorosos. Os serviços públicos de radiodifusão (SPR) poderiam potencialmente servir bem ao Brasil visto que os serviços estão amplamente disponíveis, mas para funcionarem bem, têm de ser independentes e bem-financiados. Algumas fontes indicam que a EBC nunca foi dotada dos recursos necessários para atingir todo o seu potencial (Mendel e Salomon, 2011 [17]).



Responsável por toda comunicação pública, a EBC agrange todos os meios de comunicação.
Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

O discurso de que a EBC dá “prejuízo” ou “déficit” é falso. Porque, como alerta a OCDE, ela nunca recebeu o investimento necessário para exercer todo o seu potencial e é uma empresa pública dependente. Não é autossuficiente como os Correios ou o Banco do Brasil. Embora ela consiga arrecadar recursos com patrocínios e prestação de serviços, suas fontes de financiamento não servem e nunca servirão para torná-la autônoma, já que ela não deve se tornar refém do próprio mercado para garantir sua autonomia. Assim como ministérios e universidades não dão “prejuízo”, a EBC também não dá, porque, assim como outras estatais dependentes, como Embrapa, ela não foi criada para “dar lucro”.

Hoje, mesmo com o desmonte, inúmeros casos de assédio e perseguição aos trabalhadores e trabalhadoras e com a crescente falta de apoio para desenvolver o projeto de Comunicação Pública na empresa, a Agência Brasil produz conteúdos gratuitos que abastecem milhares de grandes e pequenos veículos de comunicação. A Radioagência Nacional faz o mesmo com estações de rádio. A Rádio Nacional da Amazônia serve a milhões de ouvintes nos rincões do país, desassistidos de veículos privados. Além disso, a empresa tem caráter educativo, com difusão de programas e reportagens que contribuem com a formação dos cidadãos.

É diante desse cenário que a luta contra a privatização da EBC se torna fundamental. Terminamos 2021 celebrando a decisão judicial que obriga a retomada das atividades da EBC na praça do Maranhão, que foi extinta arbitrariamente e de forma abrupta em maio de 2019.

Como conselheira, desde abril de 2021 tenho lutado dentro e fora da EBC pela defesa do caráter público da empresa, pelo fim da intervenção do governo federal na linha editorial do jornalismo e na programação das emissoras. Por isso, uma das pautas que defendo no Conselho é a instalação imediata do Comitê Editorial e de Programação.

Além da luta contra a inclusão da EBC no Plano Nacional de Desestatização (PND), que ocorreu em abril de 2021, que configura um atentado aos direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Dessa forma, me somei à luta da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, que articulou com outras entidades o apoio contra a privatização da empresa e pelo respeito à lei de criação da EBC. Conseguimos organizar audiências públicas, reuniões, recomendações e notas de apoio na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Public Media Alliance (PMA), International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e Organización Interamericana de Defensoras y Defensores de las Audiencias (OID).

Também dentro da EBC, tenho chamado a atenção do Conselho de Administração e cobrado da direção ações para diminuir o passivo trabalhista que tem gerado prejuízo financeiro aos cofres públicos, bem como o fim das perseguições aos trabalhadores e trabalhadoras. Em julho de 2021, eu própria fui alvo de uma interpelação criminal no âmbito da justiça criminal do Distrito Federal, assinada por seis gestores da empresa.

A ocorrência, que posteriormente foi arquivada, se deu após eu ter pedido, por meio dos canais institucionais da EBC, a apuração de fatos sobre os quais recebi diversos relatos, de empregados que estariam sendo perseguidos e punidos indevidamente por gestores. Os trabalhadores e trabalhadoras alegaram que a perseguição seria em decorrência da luta pela independência editorial da EBC em relação a certas posições governamentais. A denúncia contra mim ocorreu mesmo eu estando obrigada a fiscalizar a gestão de membros da diretoria executiva e também de monitorar decisões de política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes da empresa, conforme previsto em Lei.

Aproveito para divulgar o trabalho da Comissão de Empregados, com quem tenho uma parceria intensa, e saudar a divulgação do III Relatório de Censura e Governismo. O documento relata as censuras recebidas no dia a dia do jornalismo e da programação da EBC. Destaco, ainda, o importante trabalho que a Ouvidoria Cidadã da EBC vem fazendo desde 2020, apontando os problemas nos conteúdos publicados pela EBC sob o ponto de vista da comunicação pública. Trata-se de um esforço da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública de materializar a participação social cortada da empresa, que era exercida pelo Conselho Curador. Hoje, a Ouvidoria Cidadã se consolida como um espaço para o debate acerca da comunicação pública no país.

Acabar com a EBC em uma canetada não vai resolver nenhum problema fiscal do governo, já que seu orçamento direto do tesouro representa menos de 0,02% de todos os recursos federais anuais, além da existência de uma contribuição paga pelos serviços de telecomunicação que a sustenta. Não é vendendo antenas e pequenos imóveis nem concedendo o espectro eletromagnético ocupado pelas emissoras públicas, que resolveremos a crise que nosso país vive.

Acabar com a EBC é negar à população a diversidade de conteúdo tão importante para preservar nossa própria democracia. É acabar com um conjunto de emissoras – uma TV e sete rádios, além de duas agências de notícias – que são fundamentais para garantir o direito à informação plural da nossa sociedade.



Kariane Costa é Conselheira representante dos empregados e empregadas na Empresa Brasil de Comunicação – EBC (2021-2023). Jornalista graduada com mais de 18 anos de experiência na área passou por veículos e instituições de comunicação no Brasil e exterior, hoje atua como setorista de política da Rádio Nacional no Congresso Nacional e correspondente e comentarista política para rádio Blu-Rádio, da Colômbia.

Concursada da EBC desde 2012, foi jornalista da Ouvidoria e como repórter do radiojornalismo atuou nos principais acontecimentos políticos e de abrangência nacional. Foi finalista em 2018 do prêmio Vladimir Herzog pela reportagem “O Povo Venezuelano e a crise”.



O PAPEL DAS EMPRESAS PÚBLICAS NA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL – O CASO BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS (BBTS)

Por **Estefanio Willams Silva**

O texto apresenta um breve histórico e informações gerais sobre a BB Tecnologia e Serviços, destacando as atribuições e responsabilidades da empresa, bem como sua importância para o Conglomerado Banco do Brasil e sua estrutura. Destaca, ainda, a importância da representação dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas.

Palavras-chave: Conselho de administração. Participação dos trabalhadores. BB Tecnologia e Serviços.

BREVE HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

A BB Tecnologia e Serviços S.A. (Companhia), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de julho de 1974, rege-se por este Estatuto, pelas Leis nº 6.404/1976, nº13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.

A história da BB Tecnologia e Serviços anda lado a lado com a história da tecnologia no Brasil. O pioneirismo está no nosso DNA. Começou nos anos 70 – quando éramos a Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros – fabricando os primeiros computadores genuinamente nacionais.

Quase meio século depois, atualmente como empresa integrante do Conglomerado Banco do Brasil, continuamos com as nossas raízes inovadoras.

Os últimos tempos foram de sucesso e grandes resultados. Por isso, o momento agora é de expansão e a meta é compartilhar nossas soluções empresariais de TI e segurança com o mercado brasileiro.

A companhia tem por objeto:

- I** – desenvolver, produzir, fabricar, comercializar, alugar, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, montar, importar, exportar e distribuir, inclusive mediante representação de outras companhias, produtos de informática, automação e segurança patrimonial, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, programas de computador, sistemas de eletrônica digital e eletroeletrônicos, periféricos, programas e produtos associados, projetos de propriedade intelectual, insumos, suprimentos, materiais e mobiliários para equipamentos de informática, inclusive na modalidade de outsourcing de equipamentos, envolvendo toda a cadeia de serviços;
- II** – desenvolver e prestar serviços de:
 - a)** Assistência técnica, suporte técnico, adaptação, modernização tecnológica (trade-in), homologação, personalização, implantação, instalação, reparação, manutenção, treinamento e monitoramento de ambientes e dos produtos definidos no inciso anterior;
 - b)** Gestão de projetos, assessoria técnica, planejamento, implantação, treinamento e consultoria de soluções de segurança de dados e de segurança da informação, inclusive em software livre e tecnologias abertas;
 - c)** Sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
 - d)** Gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;

- e) Gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados (Data Center);
- f) Intercâmbio eletrônico de dados (Electronic Data Interchange – EDI) com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- g) Telecomunicações e prestação de serviços de valor agregado em redes de telecomunicações dos produtos definidos no art. 2º, inciso I;
- h) Microfilmagem, impressão, gráfica, reprografia, digitalização, gestão e processamento eletrônico, acabamento, encadernação, plastificação, manuseio e guarda de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- i) Suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia, apoio logístico e gestão de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos, inclusive de atividades de cobrança e informações cadastrais;
- j) Gestão de operações de Contact Center, telemarketing ativo e receptivo com campanhas multicanal, consultoria em projetos e em tecnologias na área de teleatendimento e de telesserviços;
- k) Correspondente bancário.

Para a consecução do seu objeto, a Companhia poderá celebrar contratos, consórcios e convênios com empresas nacionais e estrangeiras, bem como participar do capital de outras empresas.

A Companhia também poderá realizar atividades de pesquisa básica e aplicada para desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo diretamente, ou por meio de celebração de convênios e parcerias com empresas nacionais e estrangeiras.

NEGÓCIOS DA BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS



Figura 1- O portfólio da BB Tecnologia e Serviços se mostra bastante amplo e diverso. A gestão desse considera a sinergia entre produtos e serviços e está organizada de forma a garantir os melhores resultados operacionais, bem como melhor eficiência na estruturação de novos negócios

GESTÃO DE PESSOAS

A Política de Gestão de Pessoas orienta a atuação da BBTS em relação aos seus empregados e contratados, nos termos da legislação, da regulamentação aplicável, dos documentos societários vigentes e das melhores práticas em gestão de pessoas.

Tem por objetivo garantir profissionais capacitados, motivados e engajados para o alcance dos objetivos organizacionais e à manutenção do clima organizacional.

A BBTS possui 3.075 colaboradores no quadro de pessoal, o que constituiu a força de trabalho em 2021, cuja distribuição segue demonstrada na tabela a seguir:

FORÇA DE TRABALHO POR CATEGORIA - 2021	
Tipo de Vínculo	Quantidade
Funcionários Concursados	2.547
Funcionários Celetistas	190
Temporários	50
Cedidos Banco do Brasil	24
Funcionários CCLPs - Cargo em Comissão de Livre Proviemnto	14
	2.825
Jovem Aprendiz	15
Estagiário	20
	35
Cedidos para outros Órgãos do Governo	198
Licença Interesse	17
	259

Figura 2 - Quadro de pessoal, o que constituiu a força de trabalho em 2021

A BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS E SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A BBTS possui um Portfólio de Negócios amplo e diversificado, com produtos de tecnologia (Information Technology Outsourcing - ITO) e de serviços (Business Process Outsourcing - BPO).

Essa diversificação do portfólio proporciona diversidade nos negócios, ganhos de sinergia pela possibilidade de soluções com combinação de produtos e serviços, com benefícios à sustentabilidade dos negócios e geração de eficiência operacional interna e aos clientes atendidos. Canais e BackOffice: a linha de negócios de Canais e BackOffice tem por objetivo gerar inteligência nos processos, aumento da eficiência e ganho de escala para os clientes, por meio da centralização de serviços de relacionamento com clientes e tratamento de documentos com dados sensíveis.

Soluções Digitais: por meio de soluções construídas internamente e/ou desenvolvidas e comercializadas com parceiros, as soluções digitais da BBTS oferecem tecnologias confiáveis para potencializar a transformação digital das organizações.

Infraestrutura e Disponibilidade: oferecemos uma grande rede de atendimento técnico especializado em todo o território nacional para garantir a disponibilidade operacional de equipamentos de automação bancária, com manutenção corretiva, preventiva e preditiva, com uso de serviço de monitoração de ambientes e equipamentos.

Gestão de Segurança: a BBTS oferece disponibilidade de soluções especializadas de segurança para ambientes gerando valor por meio da integração de dispositivos e maior eficácia e assertividade no tratamento de eventos. Comunicação e Conectividade: independentemente do tamanho da organização ou do segmento, soluções de telefonia e conectividade são ferramentas indispensáveis para otimizar a gestão e garantir outros benefícios.

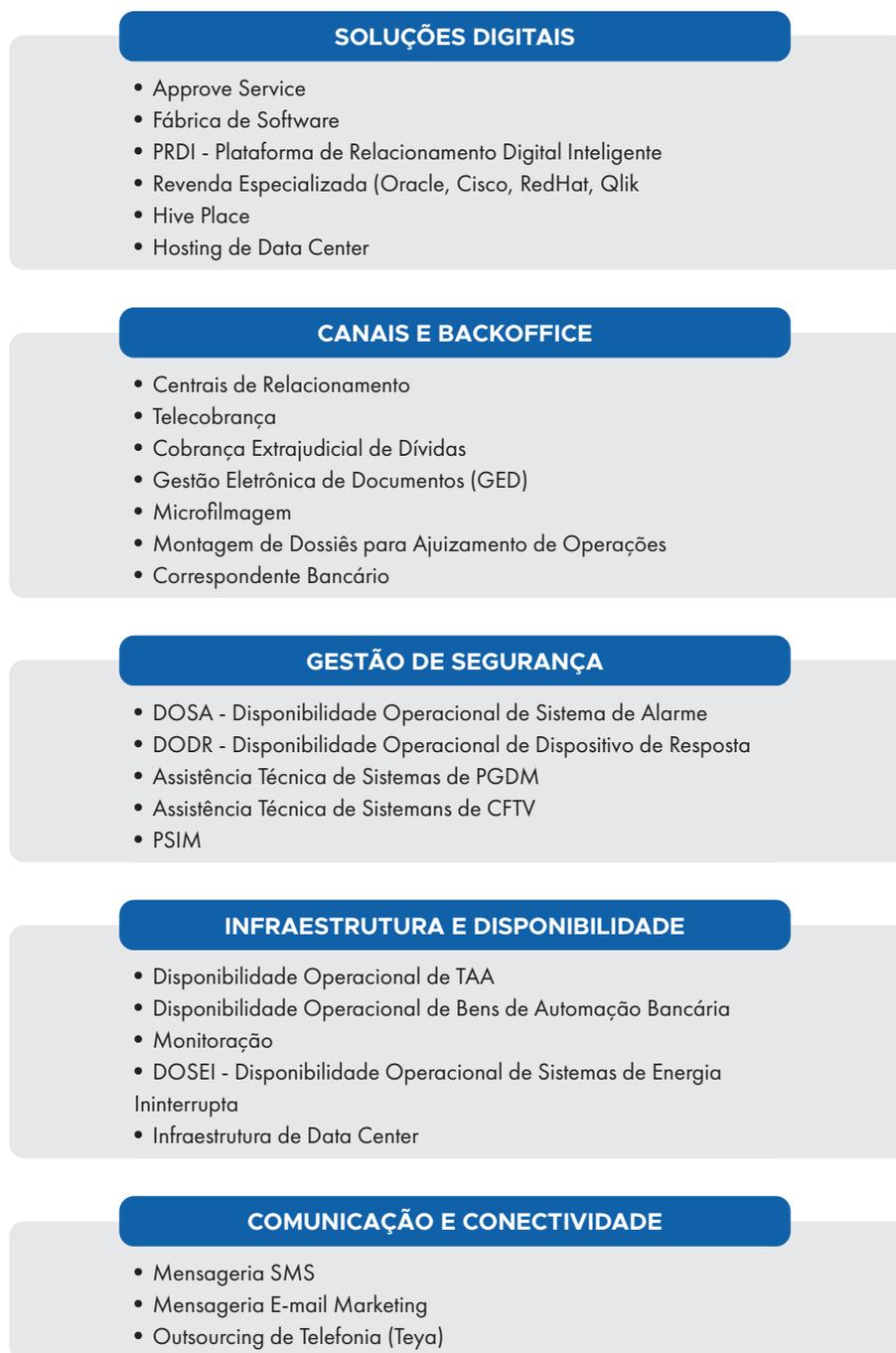


Figura 3 - Apresenta de forma resumida o Portfólio da BBTs, com suas Linhas de Negócios e respectivas modalidades de produtos e serviços.

FATURAMENTO E INVESTIMENTOS DA BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS

Quanto ao faturamento bruto da Empresa, esse foi de R\$ 1,119 bilhão, aumento de 9,3% em relação a 2020 (R\$ 1,023 bilhão).

Apesar do cenário extremamente desafiador, cabe destacar a manutenção dos níveis de receita nos contratos de manutenção de equipamentos, periféricos e sistemas de segurança nas agências do BB, aumento de produtividade do contrato de Fábrica de Software e retomada do patamar de faturamento anterior à pandemia no contrato de Contact Center.

Os investimentos realizados em 2021 totalizaram a quantia de R\$ 76,387 milhões. Merecem destaque os movimentos relacionados com: (i) aquisição dos equipamentos necessários para a ampliação do atendimento nos serviços de segurança eletrônica nas agências do BB; (ii) fornecimento dos equipamentos de TI (gateways e complementos) para fomento do serviço Outsourcing de Telefonia; (iii), adequação e modernização das instalações físicas da Empresa para o desenvolvimento das atividades realizadas nas Centrais de Relacionamento; e (iv) modernização das estações de trabalho dos ambientes administrativos e de escritórios da BBTs.

A IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES QUE A EMPRESA PÚBLICA TERÁ NA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Uma estratégia de desenvolvimento é uma “visão” de para onde se quer levar a economia de um país como um todo. Mais ao ponto pode ser descrita como um conjunto de metas, instrumentos e responsabilidades explicitadas em um programa plurianual de políticas públicas, que seja percebido pela sociedade como factível, legítimo e objeto do comprometimento governamental e as empresas públicas tem um papel fundamental nestas questões pois as mesmas são criadas seja por interesse social, ou seja, as empresas estatais surgiram como uma tentativa de o Estado se dotar de instrumentos mais ágeis de ação, partindo-se do pressuposto de que as pessoas jurídicas de direito público possuíam amarras e controles que impediam uma atuação eficiente, sobretudo na seara econômica, onde a inovação e as dinâmicas de mercado exigem uma atuação mais célere e adaptável a cada momento e demanda.

O PAPEL COMO CONSELHEIRO(A) ELEITO: DIFICULDADES, DESAFIOS E PROPOSTAS PARA APRIMORAR A REPRESENTAÇÃO

Participar de um Conselho de Administração é assumir a responsabilidade de zelar pelo bom andamento dos negócios de uma organização, comprometer-se com a definição e com o cumprimento de estratégias, implementar práticas de compliance e governança, além de atuar em consonância com os objetivos e metas da empresa.

Pela primeira vez foi eleito um membro representante dos empregados no Conselho de Administração (Conad) da BBTS. Essa é uma conquista importante para os empregados da BBTS que terão a oportunidade de representação, por meio de um empregado do quadro próprio eleito por voto direto, na tomada de decisões estratégicas - na instância máxima da Empresa.

Por isso é importante que seja eleito um representante competente e realmente comprometido. Na visão de seus empregados, essa conquista, embora importante, é alvo de uma análise um tanto difusa, onde se confundem objetivos mercadológicos, interesses de classe e processos coletivos, que necessitam ainda dos ajustes necessários à manutenção do sistema.

O grande desafio é tentar buscar e conectar os diversos significados que une a presença de um representante dos empregados no Conselho de Administração da BBTS, a legitimação do poder representativo do trabalhador, face às transformações do capital e do trabalho, em consequência das várias mudanças nos espaços organizacionais e as exigências crescentes do mercado quanto ao aprimoramento dos mecanismos, leis, estatutos que permeiam a tal governança corporativa no ambiente das empresas públicas e do papel dos conselhos e conselheiros de administração. Uma das ações para melhorar e em consequência aprimorar a representação é criar meios de comunicação do CAREF com os empregados e com isso torna o conselho de administração mais humano e participativo ao processo, com maior transparência para as práticas de administração das companhias e contribui para a discussão e melhoria dos processos decisórios como um todo.

Bibliografia

Site BGTS (acessado dia 12/04/2022) Fonte: <https://bbts.com.br/>

Quem Somos - BBTS (acessado dia 15/04/2022)

Fonte: https://bbts.com.br/files/quem_somos/20211103_estatuto_social_bbts.pdf

Carta Anual De Políticas Públicas E Governança Corporativa (acessado dia 20/04/2022). Fonte: https://bbts.com.br/files/governanca_corporativa/20220516_politicas_publicas_governanca_corporativa_ano_base_2021.pdf

Código De Governança Corporativa (acessado 20/04/2022).

Fonte: https://bbts.com.br/files/governanca_corporativa/2021-08_codigo_governanca_bbts-01.pdf

Relatório de Administração - 2021 (acessado em 20/04/2022).

Fonte: https://bbts.com.br/files/documentos_publicos/demonstracoes_contabeis/2021/20220325_demonstracoes_contabeis_2021.pdf



Estefanio Willams Silva é Técnico em Eletrônica (IFPE/EX-CEFETPE), Graduado em Gestão da Informação - UFPE, Pós-graduação Especialização em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes-IFPE - Campus Jaboatão dos Guararapes(Cursando), um entusiasta da tecnologia como um todo.



FUTURO DA CAIXA DEPENDE DE MODELO DE ESTADO¹

Por **Maria Rita Serrano**

Convém iniciar pela distinção entre governo e Estado. Estado é uma instituição criada para definir a soberania e o conjunto de regras de um território definido, enquanto o governo é o gestor do Estado. Há Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram no povo a soberania; governos menos flexíveis, que retiram a soberania do povo por meio da suspensão e da revogação de direitos; e governos que pretendem controlar a vida da população, tanto nos âmbitos político, jurídico e pessoal. No primeiro caso, podemos afirmar que se trata de um regime de governo democrático; no segundo, regime autoritário e, no terceiro, totalitário.

Nesse texto, discuto os bancos públicos, com destaque para a Caixa Federal, e sua atuação no período entre o fim da década de 1980 até os dias atuais, no contexto de diferentes governos e suas políticas para o Estado.

Palavras-chave: Participação dos trabalhadores. Conselho de administração. Governança corporativa. Gestão. Boas práticas.

Os bancos públicos têm exercido importante papel na formação e no desenvolvimento do Estado brasileiro, destacando-se entre eles a Caixa Econômica Federal (Caixa), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA). Ao longo dos dois últimos séculos, os bancos públicos foram responsáveis pela execução de políticas econômicas e sociais que mudaram a vida de milhões de brasileiros. Os bancos públicos “sobreviveram” a diversos governos e instabilidades de toda ordem. Entretanto, estas instituições vêm-se novamente ameaçados pelo retorno do modelo neoliberal de privatizações e de ataque ao patrimônio público, a partir da eleição do Governo Bolsonaro.

Em suas trajetórias centenárias, o Banco do Brasil e a Caixa – apesar de suas particularidades – mostraram, em vários momentos, capacidade de se transformar, adaptando-se às mudanças estruturais ocorridas no sistema bancário, na economia e na sociedade. Estas instituições souberam se adaptar à consolidação de novas regras de risco, regulatórias ou legais, nacionais ou internacionais, ao mesmo tempo em que se mostraram indispensáveis como entes públicos.

A Caixa é uma instituição importante, com destaque para a gestão de políticas públicas. Falar de sua constituição é descrever um processo inovador e ousado.

A Caixa foi criada ao final do século XIX, em um momento em que se intensificava o sonho da liberdade no país. Esta relação da Caixa com o sonho dos brasileiros permanece até hoje. Atualmente, é o caso do apoio da instituição para que todos tenham uma conta bancária, viável por meio da conta Caixa Fácil e agora com a poupança digital. Outro sonho que a Caixa ajuda a tornar realidade é o da casa própria, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Enfim, a Caixa dá vazão ao sonho da melhoria de vida, da ascensão social e de um futuro melhor.

A instituição sobreviveu aos governos liberais da década de 1990 - que privatizaram praticamente todos os bancos estaduais e outras empresas públicas -, e se consolidou como a maior gerenciadora de programas sociais do país, entre 2003 e 2016.

Em 2020, quando tramitavam processos para privatizar as principais operações comerciais da Caixa, surgiu a pandemia pela COVID 19, e mais uma vez a instituição foi desafiada. A Caixa atendeu, em tempo recorde, metade da população brasileira, algo em torno de 120 milhões de pessoas. Isso significa que 8 entre 10 adultos passaram pelo banco para receber benefícios emergenciais, criados para minimizar os efeitos da crise sanitária e econômica, além do PIS e FGTS. A instituição quebrou paradigmas e se tornou o maior banco digital do Brasil, com a abertura de mais de 92 milhões de contas digitais.

¹- Artigo publicado na 14ª Carta de Conjuntura da USCS, em outubro 2020 e no livro A Era Digital e o Trabalho Bancário (2020)

Muito embora a instituição tenha fortalecido sua imagem e atuação, o projeto privatista está mantido segundo apontam as autoridades governamentais. O objetivo do governo federal é vender suas operações nas áreas de seguros, cartões, loterias e de títulos e valores imobiliários.

O país passa por um dos piores períodos da sua jovem democracia: governo autoritário; ameaças às regras e instâncias democráticas; congresso com perfil conservador; milhares de mortos e contaminados pela pandemia. Tudo isso espelha um quadro de enorme instabilidade política, social e econômica.

Nesse cenário, é impossível falar em futuro das empresas públicas e da Caixa sem refletir sobre que modelo de Estado os brasileiros querem e precisam.

Para embasar a discussão e fazer comparativos, vamos resgatar três períodos históricos: o primeiro, entre o final da década de 1980 e 1990, caracterizado pelo modelo liberal de Estado; depois, a consolidação do banco com os governos democrático-populares, entre 2003 e 2016; em seguida, a ascensão do conservadorismo e da retomada do modelo de Estado Mínimo, que vai do golpe de 2016 à eleição de Bolsonaro em 2018 e aos dias de hoje.

Obviamente esse roteiro segue o olhar de quem esteve na linha de frente da defesa do papel público da instituição. Tenho 31 anos de trabalho dedicados à Caixa, boa parte do tempo atuando no movimento sindical e social. Desde 2014, atuo como representante eleita dos empregados no Conselho de Administração (CA). Acumulei conhecimento sobre aspectos da governança, burocracia e política de atuação do banco no desenvolvimento econômico social brasileiro.

REDEMOCRATIZAÇÃO, ESTADO NEOLIBERAL² (1985-2002): CAIXA SOB A AMEAÇA DE PRIVATIZAÇÃO

O movimento pelas “Diretas Já” reuniu, em grandes atos, milhares de pessoas pelo Brasil. Embora não tenha cumprido seu objetivo de imediato, o que causou grande frustração popular, ele impulsionou a derrocada final da ditadura. Em 1985, a chapa Tancredo Neves e José Sarney foi eleita pelo Colégio Eleitoral. Com a morte de Tancredo, quem assumiu foi Sarney. A tão desejada eleição direta só aconteceu em 1989, ano em que Fernando Collor de Mello foi eleito presidente. Seu principal slogan de campanha foi “a caça aos marajás”. Na visão de Collor, entre os marajás estavam os empregados de empresas públicas, como os da Caixa.

Um dia após tomar posse como o primeiro presidente eleito, no país, de forma direta após quase trinta anos, Collor anuncia – em 16 de março de 1990, em um feriado bancário e véspera de fim de semana – um pacote radical de medidas econômicas, incluindo o confisco dos depósitos bancários das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. O plano, poucos meses depois, começou a “fazer água”.

A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio do dinheiro. Ao fim do feriado bancário de três dias, longas filas se formaram nas agências. Os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. Nas agências da Caixa, o caos se instalou. Filas imensas com clientes revoltados ofendiam os empregados, chamando-os de “marajás”.

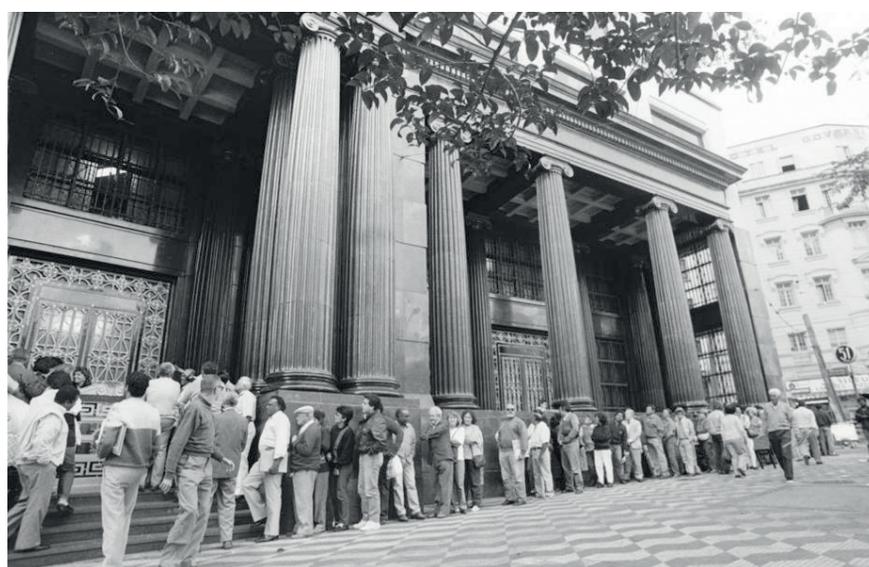


Imagem 1 - Fila em agência da Caixa, no centro de SP, após início do Plano Collor
Foto: Maurilo Clareto/Estadão

2- O Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica.

De forma arbitrária, Collor demitiu, em junho de 1990, 2341 empregados de uma só vez. Esse fato desencadeou movimento nacional, organizado pelos sindicatos de bancários e entidades associativas, em defesa da reintegração dos demitidos, o que viria a acontecer em setembro, por ocasião da campanha salarial.

Em setembro de 1991, mais demissões. Depois do encerramento da greve que durou 21 dias, 110 empregados foram demitidos. A Federação das associações de empregados da Caixa (FENAE) organizou campanha nacional para a sustentação dos demitidos, em que cada empregado doava um valor que correspondia a um tíquete alimentação diário para um fundo, 35 mil autorizaram o desconto. Foi o maior gesto coletivo de solidariedade feito ao longo da história da organização dos empregados da Caixa.

O lema da campanha era: "Não toque em meu companheiro!". O empregado era simbolizado por uma flor despedaçada no caule e uma mão cuidadosa protegia para amparar e manter em pé a flor já brutalmente agredida. Esse fato foi registrado no filme Não toque em meu companheiro, lançado em 2020, dirigido pela cineasta Maria Augusta Ramos.



Imagem 2 – Campanha pela Reintegração dos Demitidos
Foto: Arquivo FENAE

Em setembro de 1992, Collor sofreu processo de impeachment. Assumiu em seu lugar o vice Itamar Franco. Em outubro, houve o acordo para a reintegração dos 110 empregados demitidos. Em 1994, Itamar Franco, então presidente, aprovou no Congresso Nacional a Lei nº 8.878/1994, que anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.

Durante o governo Itamar foi lançado o Plano Real³, tendo à frente o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que em seguida se tornaria presidente da República.

A perspectiva teórica adotada no Plano Real e a visão sobre o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento definiram a aceitação do ideário neoliberal de levar adiante o processo de privatização, iniciado por Collor, e o corte no aparelho estatal.

A privatização de empresas e bancos estaduais eliminou a possibilidade de realização de gastos públicos e transferiu ao setor privado o domínio de áreas estratégicas da economia. Como exemplo, pode-se citar as vendas da Usiminas, Vale do Rio Doce, Datamec, Banco Meridional, CSN e Embraer, bem como os bancos estaduais, Banespa, Banerj, Banestado, Minas Caixa entre outros.

O Plano Real, além de estabelecer um novo padrão monetário para o país, lançou as bases para a terceira e mais significativa estruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), fornecendo as feições atuais do campo brasileiro das organizações bancárias. Como estratégia de "sobrevivência", a Caixa foi obrigada a se adaptar e, ainda assim, por vários momentos foi ameaçada de privatização. Em 2001, foi realizada uma reestruturação patrimonial sem precedentes, financiada com recursos do Tesouro Nacional, e engendrada como forma de assegurar a solvência da instituição e reafirmar seu principal valor constitutivo: a solidez e a segurança sem limites. (Bueno, 2010)

Vários fatores contribuíram para o desequilíbrio estrutural da Caixa nas décadas de 1980 e 1990. Um deles foi a incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e sua atribuição como agente operador do FGTS. Para as operações realizadas à época, o BNH não possuía provisões para devedores duvidosos em níveis suficientes. As provisões necessárias superavam o patrimônio do BNH, incorporado à Caixa. (Costa, 2016).

3- A partir de 28 de fevereiro de 1994, como efeito da Medida Provisória nº 434, iniciou-se a publicação dos valores diários da Unidade Real de Valor (U.R.V.) pelo Banco Central.

Outras ocorrências também foram nocivas ao equilíbrio da empresa, segundo a Controladoria da Caixa: fim da isenção de tributos federais; bloqueio dos cruzados novos e exigência de recolhimento ao BC; contratação desordenada de créditos com recursos do FGTS; alteração nas regras contábeis e de funcionamento para as instituições financeiras. Aliada a estes fatores, estava a política do Estado mínimo do “governo FHC”, que via a Caixa só como um número e desmerecia seu papel social. O objetivo principal do governo era ter um banco lucrativo, “enxuto” e “saneado” para ser vendido.

Para o banco ser “saneado”, a meta principal foi o corte de custos com folha de pagamento. Em 2001, a Caixa tinha 10.200 empregados a menos que o contingente de 65.111, no final de 1995. Além dos planos de demissão voluntária (PDVs), FHC editou em 2000 a RH 008, normativa que autorizava a demissão imotivada. Mais de 500 empregados foram demitidos sumariamente. A maioria foi reintegrada quase dez anos depois, após luta organizada pelo movimento sindical. Nesse período, praticamente metade dos trabalhadores da Caixa (em torno de 50 mil) eram terceirizados. As condições de trabalho foram precarizadas, salários congelados por praticamente 8 anos e corte de direitos.

A gestão de resultados não via pessoas, mas metas. Os gestores ficaram sem autonomia nas decisões operacionais. A disputa entre os trabalhadores era incentivada pela empresa.

As entidades de representação sindical e associativa foram coagidas e sofreram grande repressão. Mesmo assim, durante anos as entidades realizaram campanhas massivas em defesa da Caixa e de sua importância para o desenvolvimento do país.

A década de 1990 foi marcada por baixas taxas de crescimento, abertura comercial e financeira, crescimento acentuado da população economicamente ativa, queda do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda na taxa de investimento total.

MUDANÇA DE PARADIGMA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (2003-2016): CAIXA, MAIS QUE UM BANCO

O Brasil viveu, a partir de 2003, a quebra de vários paradigmas: a eleição de um operário e de uma mulher para a Presidência da República; o início da busca pela construção de um modelo de Estado de bem-estar social; a substituição da herança do Estado Mínimo implantado pelos antecessores.

O país buscou, já no início de 2003, sair de um imbróglio no qual se encontrava havia duas décadas, como baixo crescimento econômico, redução do investimento, acentuada vulnerabilidade externa, baixa capacidade de intervenção e regulação do Estado, desemprego elevado, precarização do trabalho e aprofundamento da miséria e da desigualdade. (Mattoso, 2013)

Consolidou-se, nesse período, uma nova política que, ao invés de conceber a indústria e o crescimento econômico sob a lógica das exportações, deu espaço à expansão do mercado interno. Houve a revalorização do Estado e a melhoria de sua gestão, com expansão e popularização do crédito e implementação e consolidação das políticas sociais. Passou-se a reconhecer que as políticas sociais favoreceriam não só a inclusão, a redução da pobreza e da desigualdade, mas também que elas estimulam a economia (por meio da ampliação do mercado interno e do consumo de produtos nacionais) e o crescimento do PIB. Dessa forma, foi possível enfrentar as crises externas com a valorização do mercado interno – mesmo com um menor crescimento, como nos anos 2011 e 2012 – e até amenizar o impacto negativo sobre o mercado de trabalho (Mattoso, 2013).

No que se refere aos bancos públicos, o governo promoveu a melhora da relação entre o crédito bancário e o PIB, por meio de uma série de incentivos macro e microeconômicos, estimulando desde a redução da taxa básica de juros até a regulamentação dos empréstimos consignados em folha de pagamento.

A tabela 1 indica os principais componentes do resultado financeiro da Caixa entre os anos 2003 e 2019. Fica evidente o crescimento da carteira de crédito, que atinge seu auge em 2016 e tem queda acentuada a partir de 2017, após impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff. O destaque nas operações de crédito reside nos financiamentos habitacionais, em que a Caixa lidera o mercado. A instituição realizou em média 70% das contratações durante os últimos anos.

Boa parte dos recursos para investimentos em habitação tem origem no FGTS. A Caixa é gestora do fundo, que cumpre duas funções: a de ser um seguro em caso de desemprego, doença ou aposentadoria do trabalhador; a de financiar investimentos imobiliários, de saneamento, infraestrutura e desenvolvimento. Desde sua criação, em 1969, 73% dos municípios brasileiros receberam recursos do FGTS.

	Operações de crédito	Resultados de operações com TVM	Outros	Total
2003	6.677	17.449	6.698	30.824
2004	12.601	26.913	7.822	47.336
2005	15.732	31.686	7.168	54.585
2006	18.152	31.329	7.444	56.925
2007	17.915	26.367	7.968	52.250
2008	20.090	32.074	7.237	59.401
2009	25.223	30.960	4.739	60.921
2010	32.585	25.607	7.376	65.568
2011	43.714	29.536	9.457	82.706
2012	50.790	28.476	6.607	85.874
2013	64.832	23.839	13.190	101.861
2014	86.947	37.577	14.135	138.659
2015	102.541	41.198	27.327	171.066
2016	104.932	56.459	5.375	166.766
2017	95.786	39.651	8.920	144.357
2018	82.351	27.146	7.031	116.528
2019	71.097	39.413	3.423	113.933

Tabela 1: Principais componentes do resultado financeiro da Caixa, 2003-2019
Fonte: Caixa

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a ameaça de privatização da Caixa foi superada. A instituição se tornou a principal operadora dos programas sociais e nos investimentos em políticas públicas, com destaque para a habitação e o saneamento básico.

No mesmo período, a Caixa assumiu o papel de banco múltiplo, com portfólio atualizado, contendo todos os produtos disponíveis do mercado e avançou na complementaridade entre as funções social, pública e comercial.

Duplicou o número de empregados que, ao longo dos anos, foram retomando direitos perdidos e crescimento dos salários. Saltou de 55 mil em 2001 para 101 mil em 2014.

Entretanto, no início deste ano de 2020, após política de enxugamento promovida pela direção, através de programas de desligamento voluntário, o número caiu para 84 mil.

No campo da negociação e das relações trabalhistas, em 2004, houve conquista importante por parte dos empregados, que foi a inserção dos bancos públicos federais na Negociação Nacional dos Bancários, marco inédito no Brasil, com empresas privadas e públicas assinando uma única Convenção Coletiva de Trabalho. A partir daí novos patamares nas relações de trabalho foram construídos.

Vale mencionar que, no início do século XX, mais precisamente em 1921, a Caixa se tornou o primeiro banco a contratar mulheres. Mas a grande inovação nas políticas de relações de gênero se deu com o Programa Caixa de Diversidade, em 2005. Mesmo com praticamente metade do quadro de empregados composto por mulheres, demorou quase 150 anos para a Caixa ter sua primeira presidenta, Maria Fernanda Ramos Coelho, empregada de carreira, nomeada em 2006. Em 2015, foi a vez de Miriam Belchior. Em 2016, fui eleita a primeira mulher para o Conselho de Administração, graças à Lei nº 12.353/2010, sancionada pelo presidente Lula, que garantiu a eleição um(a) trabalhador(a) para os conselhos de administração em empresas públicas.

Convocada para um esforço de bancarização e inclusão social, a instituição experimentou outra fase de difusão de valores associados à sua natureza pública e identidade popular. Para desempenho das recentes atribuições deste novo projeto de governo, a organização passou por mudanças internas, que possibilitaram seu crescimento e novo modelo de funcionamento.

Chamada a atuar como instância institucional na crise internacional de 2008, a Caixa posicionou-se como um dos principais agentes públicos na aplicação de políticas anticíclicas. Em verdade, a organização já havia assumido desde 2007 papel de destaque no campo das organizações bancárias frente ao refluxo de crédito decorrente da instabilidade financeira internacional, atuação reconhecida inclusive pelos demais bancos.

O saldo de operações de crédito da Caixa registrou taxas de crescimento real superiores à média do Sistema Financeiro Nacional (SFN) durante todo o período de junho de 2008 a dezembro de 2013. Naturalmente, a expansão do saldo de operações de crédito se refletiu

em crescimento do ativo total da instituição, que foi ampliado em 187,5%, em termos reais, neste período. Isto fez a Caixa se tornar a terceira maior instituição financeira do Brasil, em tamanho de ativo, no último trimestre de 2015 (Slivnik et al., 2017).

A Caixa se tornou o maior agente do programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009 com a finalidade de aumentar o acesso à moradia para famílias com renda mensal de até 10 salários-mínimos. O acesso foi prioritário para as famílias mais vulneráveis com renda de até 3 salários-mínimos. Nessa faixa, as mulheres tiveram prioridade para obterem o título de propriedade do imóvel (89% das contratações).

Em 10 anos de funcionamento, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas e contratou mais de 5 milhões de unidades, a maioria delas já entregue. O número representa 7% da população brasileira que teve subsídios de imóveis ou facilitação às condições de acesso a casa ou apartamento. O Minha Casa Minha Vida também tem papel de destaque na atividade do mercado imobiliário e geração de empregos na indústria da Construção civil.

A tabela 2 a seguir retrata os investimentos feitos por vários governos, entre 1964 e 2014 em habitação e destaca o impacto no setor com a implantação do Minha Casa Minha Casa (Dados, 2020).

Período	Unidades Habitacionais
Ditadura Militar (1964 - 1984)	204.000
Sarney (1985 - 1989)	156.000
Collor (1990 - 1992)	250.000
Itamar (1993 - 1994)	60.000
FHC (1995 - 2002)	236.000
Lula (2003 - 2010)	504.000
Dilma (2011 - 2014)	1.175.000

Tabela 2. Crédito Imobiliário, unidades habitacionais financiadas, Brasil, média anual em governos, 1964-2016

Fonte: 1) Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECCIP);

2) Caixa Econômica Federal. * Estimativa em outubro de 2014. Extraído de Brasil: Fatos e Dados.

Em 2002, a Caixa tinha 1.700 agências. Em 2016, alcançou 3.412, quase 15% do total de agências no país. Em 2019 esse número reduziu para 3373. Além disso, passou a ter a maior rede de correspondentes bancários do país, com 8.190 postos em 2019; os lotéricos, 12.968. Está presente em praticamente todos os municípios brasileiros. O número de clientes saltou de 28 milhões, em 2003, para 84 milhões, em 2016 e mais de 103 milhões em 2019.

A primeira iniciativa de inclusão bancária feita por uma instituição financeira no Brasil foi a conta simplificada Caixa Fácil, responsável por incorporar milhões de famílias. Sem muita burocracia, muitas famílias passaram a ter acesso aos serviços e produtos bancários. Em 2015, havia mais de 12 milhões de contas simplificadas de depósitos à vista e de poupança ativa na Caixa.

Ao se tornar fonte pagadora dos programas sociais por meio do Cartão do Cidadão, a instituição permitiu que, além do Bolsa-Família, com seu próprio cartão, todos tivessem mais facilidade de acesso aos benefícios sociais e trabalhistas (FGTS, PIS, abono salarial e seguro-desemprego).

Na execução dos programas governamentais, foram pagos R\$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R\$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores no ano de 2016.

O crédito, em 2004, passou a crescer no país e a Caixa começou a participar deste processo com a ampliação do crédito consignado, depois estendendo a outras modalidades. Em 2016, o saldo da carteira de crédito somou R\$ 709 bilhões. A carteira de crédito ampla correspondia a mais de 22% do mercado. No mesmo ano, a Caixa foi responsável por 67% do financiamento imobiliário nacional, detendo 90% do crédito destinado à habitação popular.

Com o crescimento do financiamento à infraestrutura, à mobilidade urbana e ao saneamento, a Caixa se tornou o segundo maior financiador de projetos de longo prazo no país, alcançando, em 2016, uma carteira com R\$ 79 bilhões de saldo, ficando atrás apenas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As loterias que a Caixa administra desde 1962 cumprem um importante papel no financiamento de políticas públicas. Entre 2011 e 2016, dos R\$ 60 bilhões arrecadados, quase metade, R\$ 27 bilhões, foi destinada a programas sociais nas áreas de esporte, cultura, educação e outros. Em síntese, em termos de gestão administrativa, no período, os marcos foram os sucessivos resultados financeiros positivos, o aumento da visibilidade da Caixa e a valorização do seu papel social.

Valores intangíveis, como a contribuição para a melhoria da autoestima da população e dos empregados, que voltaram a ter orgulho em trabalhar na Caixa, devem ser destacados.

RETROCESSO: O GOLPE DE 2016 E A CAIXA S/A

O ano de 2016 marca um dos momentos mais controversos da história recente do Brasil, com o impeachment de Dilma Rousseff. A crise política começa na reeleição de 2014, com Aécio Neves (PSDB), seu adversário no “segundo turno”, afirmando não aceitar o resultado eleitoral.

Dilma assume o segundo mandato, com grandes desafios: eliminar o rentismo, (dívida pública) como meio sistemático de ganho financeiro da burguesia brasileira desde o início da década de 1980 e, assim, impulsionar o investimento produtivo e em infraestrutura. A ação, contudo, foi precedida por políticas austeras (de ajuste fiscal) que reforçaram a desaceleração econômica cíclica. Esta, entretanto, não foi acompanhada de um amplo debate com a opinião pública. Isto permitiu que o poder estrutural do capital financeiro se reafirmasse, apresentando um discurso de “aparência” técnica – escondendo o viés político – utilizando-se do controle (ideológico) dos meios de comunicação para taxar o governo de “tecnicamente irresponsável” e “politicamente populista”. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais se ampliavam, fugindo do controle do governo, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes.

No plano da relação capital-trabalho, ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical, manifesto no crescimento do número de greves vitoriosas, eram objeto de reclamação empresarial crescente. No que se refere à interação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais – pressão esta expressa, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013 -, empurrava uma agenda de reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução da taxa de juros e/ou uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais. A reação dos interesses empresariais afetados pela guerra dos juros e pelo avanço das demandas salariais e sociais contou com o controle dos meios de comunicação (Bastos, 2017).

As acusações para o processo de impeachment no Congresso tiveram início em 02/12/2015 e versaram sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da presidenta. Além disso, foram lançadas também suspeitas de envolvimento da Presidenta Dilma em atos de corrupção na Petrobrás, que eram objeto de investigação pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato⁴. Havia, no entanto, juristas que contestavam a denúncia, afirmando que as chamadas “**pedaladas fiscais**”⁵ não caracterizaram improbidade administrativa e que não existia qualquer prova de envolvimento da presidente em crime doloso que pudesse justificar o impeachment.

No final de agosto de 2016, é aprovado o impeachment. Michel Temer, que desde maio estava como presidente interino, quando do afastamento de Dilma (determinado pelo Congresso), assume oficialmente. Temer apresenta um rol de propostas de interesse dos grandes empresários, banqueiros, ruralistas e multinacionais. O programa intitulado “Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), marca o início de um processo que levará o país ao retrocesso de direitos trabalhistas, ataque aos sindicatos, instituição do Projeto de Lei para limitar o teto nos gastos, com grande impacto em Saúde e Educação, privatização e sucateamento do patrimônio público, com venda de estatais, concessão de serviços públicos e entrega das reservas do pré-sal ao capital estrangeiro.

É preciso destacar que o argumento das pedaladas fiscais, para derrubar Dilma, “caiu por terra” quando senadores e deputados (os mesmos que cassaram seu mandato, acusando-a de crime de responsabilidade) aprovaram projeto no Congresso Nacional, PLN 13332/2016 (o texto flexibilizou as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso). Ou seja, o que antes era considerado crime, se tornou lícito, autorizando o governo de Michel Temer a praticar as tais pedaladas fiscais. Após anos nada foi comprovado com relação as denúncias de que Dilma Rousseff tenha participado de ações de corrupção.

CAIXA S/A

Nesse contexto de crise política, em 2015, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 555, chamado de “Lei de Responsabilidade das Estatais”, formulado por uma comissão mista, na qual o relator e o presidente eram do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). O texto, na sua origem, previa a obrigatoriedade de que todas as empresas públicas se tornassem sociedade anônima (S/A), e em seguida já abrissem capital, além de alterar a composição acionária das demais, de forma a facilitar a privatização de todas as empresas públicas brasileiras, federais, estaduais e municipais. Cabe ressaltar que, entre as poucas estatais “cem por cento” públicas, está a Caixa.

Rapidamente organiza-se um movimento nacional para combater o projeto, com diversas entidades de representação, como sindicatos, centrais sindicais, associações, movimentos sociais, parlamentares, prefeitos, entre outros. Com o trabalho de resistência, nasceu o

4- A Operação Lava Jato foi promovida pela polícia federal, começou em 2014 e cumpriu muitos mandados. Foi responsável por condenações de empresários e políticos. Muitas dessas investigações e condenações foram controversas, com questionamentos por autoridades brasileiras e internacionais de abusos, fraudes e interesses difusos na condução das ações.

5- Pedalada fiscal é um termo que se refere às operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, de forma a apresentar melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas

Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que lançou a campanha “Se é Público, é Para Todos”. O objetivo é o de chamar a atenção da importância do patrimônio público brasileiro para a garantia da qualidade de vida e trabalho da população.



Imagem 3 – Campanha Se é Público é para todos
Fonte: Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Depois de nove meses de articulação, negociação e mobilização em todo o país, os artigos privatistas foram retirados do projeto, sancionado Lei nº 13.303. Isto foi considerado uma vitória, dado o cenário desfavorável no parlamento.

Não obstante, iniciou-se processo de diminuição do banco, menor oferta de crédito, cortes nos programas sociais, enxugamento no número de empregados. Em 2017, o governo anuncia fechamento de agências e a intenção de privatizar ativos, começando pela Lotex – subsidiária da Caixa criada para gerenciar a operação de loteria instantânea, mais conhecida por “raspadinha”.

Desastrosas foram as políticas que fizeram cair a oferta de crédito livre e direcionado e elevaram os juros da Caixa. A queda da oferta de crédito no país foi de 3,2% em 2016 e de 2% até setembro de 2017.

O Programa Minha Casa Minha Vida teve acentuada retração dos desembolsos: de R\$ 20,7 bilhões, em 2015, para R\$ 7,9 bilhões, em 2016, e uma projeção linear de R\$ 2,7 bilhões, em 2017.

O grande debate na Caixa, durante os dois anos do governo Temer, foi a necessidade de capitalização, e a recusa do Tesouro Nacional em aportar recursos. As consequências foram evidentes, pois sem aporte, tendo que cumprir regras de Basileia⁶, o banco reduziu a oferta de crédito, folha de pagamento, aumentou tarifas, e começou a preparar a venda de outros ativos, tais como seguros, cartões e as demais loterias.

Boa parte dessa dificuldade de enquadramento do capital da Caixa tem como origem seu indispensável papel social e sua forte atuação na política de crédito do governo, preponderante para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. Função essa nunca assumida pelo sistema financeiro privado, muito embora os bancos sejam concessão pública.

Em dezembro de 2017, quando do debate sobre o novo estatuto pelo Conselho de Administração da Caixa, houve nova tentativa por parte da maioria dos conselheiros, indicados pelo governo, de aprovar a Caixa como Sociedade Anônima (S/A).

Atuei como conselheira em conjunto com entidades de representação, contra a mudança, que, caso confirmada, traria como consequência a inserção de acionistas privados na gestão, podendo o banco perder a autonomia necessária para o cumprimento do seu papel social.

DECLÍNIO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL (2019): CAIXA – VENDA DE ATIVOS

Jair Bolsonaro ganhou a eleição em 2018, sem nem sequer apresentar plano de governo ou participar de debates públicos, processo marcado por forte polarização política e acusações de uso das novas tecnologias de comunicação pelo então candidato. Isto para dis-

6- O Acordo de Basileia é um tratado para regular o funcionamento dos bancos e instituições financeiras, firmado em 1988 durante a Convenção de Basileia, na Suíça e ratificado por mais de 100 países, que seguem uma série de critérios e regras para dar mais segurança e preservar a solidez do sistema bancário mundial.

seminar fake News (notícias falsas) e dessa forma, manipular o eleitorado. Com a ascensão de Bolsonaro, o Brasil, tal como nos Estados Unidos, Inglaterra e outros, dá uma guinada em direção a ultradireita, em uma combinação clássica de conservadorismo moral com princípios neoliberais.

O primeiro ano de mandato foi marcado por conflitos constantes com os poderes institucionais, ameaças às regras constitucionais e à democracia, forte militarização do governo, incentivo aos movimentos autoritários que disseminam ódio. Os principais resultados da gestão: **a) declínio nas políticas sociais**, com a ampliação dos cortes, iniciados por Temer, nos direitos dos trabalhadores, reforma da previdência, paralisação nos programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e Bolsa-Família; **b) declínio no campo econômico**, com a desindustrialização, aumento do desemprego e da informalidade, corte do aumento real no salário mínimo; **c) declínio ambiental**, com o desmatamento recorde na Amazônia, aumento de queimadas, ataque às reservas indígenas. Some-se a isso a eliminação de bolsas de pesquisa, ameaça à autonomia das universidades, desrespeito aos valores humanos, machismo, homofobia, racismo, incentivo à violência e armamento da população.

Com relação ao patrimônio Público, desde a eleição o Ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a privatização irrestrita. Muito embora o presidente da República tenha afirmado que não haveria mudanças na Petrobrás, Caixa e BB, a realidade provou que seu discurso se tratava de mera retórica. Em 2019 foram vendidas participações e ativos da Petrobrás, BNDES, Caixa, BB e Eletrobrás, num total de 134,9 bilhões, segundo documento do Ministério da Economia. (Economia, 2020)

No caso específico da Caixa, foi realizado o leilão da Loteria instantânea, operação que até então estava sob gestão do banco, e venda de ativos na ordem de R\$ 14.6 bilhões, referentes às ações da Petrobrás, BB, Banco Pan e IRB. A pretensão da direção do banco é privatizar o mais rápido possível participações nas áreas de seguros, cartões, loterias e fundos e valores mobiliários. Especula-se também sobre a possibilidade de privatização do que chamam de “banco digital” da Caixa. (Valor, 2020)

Caso seja concretizada a privatização de todas essas operações, aliado ao corte nos programas sociais e ao esvaziamento do FGTS (sucessivos saques e desemprego alto), a Caixa no médio prazo terá dificuldades para se sustentar, com a consequente diminuição de investimentos em habitação, infraestrutura e saneamento.

PANDEMIA (2020): CAIXA SE DESTACA NA CRISE

A pandemia de COVID-19 no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso. Em setembro do mesmo ano, os números já eram assustadores, mais de 140 mil mortes. A transmissão comunitária foi confirmada para todo o território nacional. A pandemia afetou a economia do país, que já sofria com a falta de investimentos. Em 30 de março de 2020, pela primeira vez, foi prevista retração no Produto Interno Bruto (PIB) para o ano, atrasando mais ainda o fim da recessão e a retomada do crescimento. O Brasil já entrou na crise sanitária em situação frágil, com governo autoritário, em crise política com o Congresso Nacional e governadores, defendendo privatização, sucateando bens e serviços públicos. O limite de investimentos em saúde e educação (Lei do teto de gastos), a perda de direitos trabalhistas, o retrocesso na previdência, os ataques às organizações da sociedade civil, o corte no aumento real do salário mínimo e do Bolsa-Família, entre outras medidas, implicaram no rebaixamento da renda e em maior dificuldade de acesso aos bens de consumo por parte de parcela significativa da população, enquanto se expandia o lucro dos bancos e dos grandes aplicadores financeiros.

O governo federal ignorou as orientações de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para prevenção do contágio e ainda pressionou Estados e Municípios para fazerem o mesmo. Só foram adotadas providências econômicas e de atendimento sanitário após forte pressão social.

A magnitude do choque causado pela pandemia do novo coronavírus exigiu a adoção de um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e de preservação da produção, dos empregos e da renda. Pelo lado da receita pública, cabe destacar a implementação de reduções e desonerações temporárias de impostos e contribuições sobre bens necessários ao combate da pandemia; suspensão de pagamentos de dívidas previdenciárias; e diferimento, por alguns meses, de diversos impostos e tributos. No que se refere aos gastos públicos, destacam-se a ampliação do Programa Bolsa-Família; o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; o Auxílio Financeiro Emergencial à população carente e aos trabalhadores informais; o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; e a ampliação de recursos e transferências a estados e municípios para ações de saúde.

De acordo com estimativa do Ministério da Economia feita em maio, as medidas com impacto no resultado primário do governo central em 2020 atingiriam cerca de 6% do PIB, acima do valor médio dos programas de apoio à economia anunciados nos países avançados, da ordem de 4,5% do PIB. Além disso, foram também implementadas medidas extraorçamentárias, regulatórias, de apoio a estados e municípios e de estímulo ao crédito, com impacto econômico potencial significativo. Podem-se citar, por exemplo, o diferimento do prazo de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); a redução temporária nas contribuições do Sistema S; diversas medidas de ampliação e barateamento do crédito, inclusive com ampliação de garantias pelo Tesouro Nacional para empréstimos a micro, pequenas e médias empresas. (IPEA, 2020)

O auxílio emergencial voltado para desempregados e trabalhadores informais demorou a se concretizar. A proposta original do governo era de R\$ 200,00 por três meses. Após forte pressão e crítica, o Congresso aprovou R\$ 600,00, sendo R\$ 1.200,00 para mulheres che-

fes de família. Em junho foram acrescentadas mais duas parcelas de R\$ 600,00 e em seguida o valor foi cortado pela metade, com mais 4 parcelas adicionais. O auxílio vem preencher lacuna deixada pelo corte de investimentos nos programas sociais, como o Bolsa-Família, BPC e outros, que acontecem desde o governo Temer.

Em consonância com sua função pública e expertise, advinda do papel de principal gestora dos programas sociais, a Caixa foi a empresa escolhida para gerenciar e realizar o pagamento do auxílio. A Dataprev, outra estatal importante e na lista de privatização do governo, teve a função de analisar os cadastros.

Para executar essa tarefa, a Caixa se superou e quebrou o paradigma do atraso tecnológico. Graças à qualidade de seu corpo técnico, a instituição criou aplicativos para cadastro, movimentação de contas, e realizou a abertura de milhões de contas, em prazo excepcionalmente rápido.

Os números que envolvem a operação impressionam e provam a relevância do banco, mas também escancaram de forma nua e crua o tamanho da desigualdade social no Brasil. Até o dia 2 de julho, último dia para cadastro, se inscreveram 108,9 milhões de brasileiros, mais de 67 milhões foram aprovados para receber o auxílio, 92 milhões de poupanças digitais foram abertas.

Concomitante a esses pagamentos, foram disponibilizados recursos do FGTS para 60 milhões de trabalhadores, e até julho, 12 milhões teriam acesso ao benefício emergencial de Trabalho e Renda. Isso mostra que 8 em cada 10 adultos passaram pelo banco para receber pelo menos um desses programas.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Covid-19 (Pnad-Covid19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o auxílio emergencial conseguiu amenizar a queda do padrão de vida de mais de 23 milhões de famílias das fatias mais baixas da população, concentrando nos informais, desocupados e que estavam fora da força de trabalho. Os domicílios de rendas mais baixas foram também os mais impactados pela pandemia do coronavírus.

Entre os que já recebiam o Bolsa-Família, por exemplo, o aumento da renda média triplicou. O auxílio emergencial paga R\$ 600 em geral e R\$ 1,2 mil para mães que sustentam sozinhas a família. Já o Bolsa-Família paga em média benefício de R\$ 190.

Tal como os profissionais da área de saúde, e de outros setores essenciais, os empregados da Caixa, mesmo sob risco de contágio e pressão do banco, foram para a linha de frente garantir atendimento à população, provando mais uma vez o compromisso com a sua missão pública.

BANCOS PÚBLICOS E CRÉDITO

Em crises anteriores, os bancos públicos já foram instrumentos de estabilização do “mercado”. Na crise bancária de 1995, por exemplo, quando os bancos Nacional e Econômico colapsaram, gerando instabilidade sistêmica, o governo FHC criou o Programa de Estímulo à Restruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), destinado a socorrer bancos privados. Repassou bilhões de reais do orçamento público para instituições privadas mal geridas. Nesse contexto, CAIXA e o Banco do Brasil ajudaram a salvaguardar os poupadores e debelar a crise sistêmica, adiantando recursos para a criação do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que garante aplicações financeiras dos poupadores, pessoas físicas e jurídicas, até o limite de R\$ 1 milhão de reais.

Os efeitos da crise de 2008, também foram amenizados com a ação contracíclica dos bancos públicos, em especial da CAIXA e do BNDES. Naquela ocasião, o Banco Central disponibilizou liquidez ao mercado com uma política monetária expansiva, mas os bancos privados não se dispuseram a correr riscos. Acabaram por aumentar sua rentabilidade, não em função do crédito. Tomaram recursos e alocaram em títulos públicos. Houve empoçamento de liquidez e os recursos não chegaram às empresas. O incremento de operações de crédito dos bancos públicos, somado ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), estimularam fortemente a indústria da construção civil e a geração de empregos, diminuindo as consequências da crise.

Os bancos estatais se tornaram grandes operadores do crédito direcionado⁷ no país. Ele foi impulsionado sob os governos da era democrático-popular. Porém, começou a ser reduzido nos dois anos da gestão de Michel Temer.

Foi atribuído aos bancos públicos a tarefa de competir com os bancos privados e forçar uma redução dos spreads (que é a diferença entre a taxa de remuneração de recursos captados e disponibilizados). Os bancos estatais enveredaram por áreas em que não tinham tradição, passando a financiar o consumo e grandes empresas.

O resultado, além da queda da taxa do desemprego até 2014, foi um salto na participação dos bancos públicos no estoque de crédito do país. De 2011 a 2015, a fatia das instituições de controle estatal passou de 43,6% para 55,8%. Essa participação recuou no governo Temer com uma forte desaceleração do BNDES e mudanças na gestão do Banco do Brasil e da Caixa.

Com o agravamento da crise fiscal, os bancos públicos tiveram de reduzir a exposição aos riscos para suportar sua estrutura de capital. Esse recuo só não ficou mais evidente porque os bancos privados também desaceleraram no crédito diante da retração da economia

7- Crédito direcionado é o empréstimo fornecido por bancos públicos para pessoas físicas e jurídicas, com finalidades específicas. Essa concessão de crédito é feita com taxas de juros subsidiadas para alguns setores da economia nacional.

Em 2019, houve nítida mudança nas tendências do crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), decorrente da política do governo de reduzir o papel dos bancos públicos na economia. As operações livres lideraram a retomada dos financiamentos, os bancos privados predominaram na oferta de recursos. As maiores quedas ocorreram no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Costa, 2020). A ampliação do crédito dos bancos privados em 2019 atingiu 15,7%, para 53% do crédito total, enquanto a dos bancos públicos diminuiu 2,2%, para 47% do crédito.

Neste momento, mesmo com uma intervenção menor do que nas últimas crises, os bancos públicos são cobrados a ofertar crédito, com destaque para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que teve início em junho de 2020. O Pronampe foi criado pelo governo para oferecer empréstimos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas para enfrentarem a crise do coronavírus. Os recursos são emprestados pelos próprios bancos e têm garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), um fundo público. Em caso de prejuízo, o governo cobrirá até 85% das perdas totais das carteiras dos bancos com o Pronampe (Timoteo, 2020).

A maioria dos pequenos e médios empresários reclama que não consegue ter acesso a essas iniciativas, dada a burocracia, alto grau de exigência dos operadores e baixa oferta de recursos disponibilizados pelo governo federal.

Mesmo com a crise econômica, as contratações de crédito imobiliário cresceram 21,73% até maio de 2020, impulsionada pela queda nos juros. E a maior demanda foi na Caixa, que tem a maior porção de mercado de financiamento imobiliário entre os cinco maiores bancos

Os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) mostram que os financiamentos para a compra e a construção de imóveis somaram R\$ 7,13 bilhões em maio de 2020, alta de 6,5% em relação a abril e crescimento de 8,2% em comparação a maio do ano passado. Ainda segundo a entidade, em maio, o crédito imobiliário com recurso de poupança cresceu 22,6% (Investi, 2020).

No acumulado de 12 meses, entre junho de 2019 e maio de 2020, o crédito chegou a R\$ 85,1 bilhões, superando em 30,5% o montante total dos 12 meses anteriores.

ESTADO PÓS-PANDEMIA

Na crise, os mais convictos liberais, que alardearam o Estado mínimo, a luta contra a corrupção e a defesa da privatização, são os primeiros a buscar a salvação no setor público, apropriando-se de recursos que pertence a toda a sociedade. Frase de Noam Chomsky retrata essa realidade: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas da riqueza privada e de poder corporativo”.

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, a pandemia da covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Segundo uma visão mais otimista, a necessidade óbvia da participação do Estado no enfrentamento da atual crise – caso inclusive de países de governos neoliberais como o brasileiro – aponta para um mundo em que o Estado voltaria a ser protagonista e os governos, mais propensos ao social.

Para Reginaldo Nasser (2020), professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mudanças certamente acontecerão, mas também readaptações promovidas pelos chamados donos do capitalismo mundial. Em sua opinião, a guinada de economistas liberais, que de repente passam a enaltecer o Estado, deve ser encarada com prudência. “Do ponto de vista dos liberais e capitalistas, em tempos excepcionais como o atual, essas medidas antiliberais, de intervenção do Estado na economia, têm que acontecer, mas depois que passar não terão mais sentido, para eles”, diz.

Nasser compara o cenário atual com o do pós-Segunda Guerra Mundial, quando “a devastação foi muito pior do que estamos vendo, em número de pessoas mortas e destruição física”. No pós-guerra, o Estado também entrou pesadamente na economia, num período de transição e recuperação mundial, com o Plano Marshall, promovido pelos Estados Unidos, e depois a implementação do Estado do bem-estar social europeu, quando a Europa tinha movimentos sociais e de esquerda muito fortes e atuantes. “Houve uma transição. Mas, depois, as ideias liberais vão paulatinamente entrando novamente no cenário. Na década de 1960, os liberais foram gradativamente retomando, até chegarem ao poder com Margaret Thatcher 20 anos depois.”

Nos últimos anos, há um processo de “endireitização” no Brasil e no mundo. Isso significa a defesa do capitalismo, do livre mercado, das privatizações, da desregulamentação da economia e do Estado Mínimo (“verdade que grupos mais radicais da Direita são defensores do “Estado Máximo”, na linha das ideias nazifascistas: tudo pelo Estado, tudo pelo Estado, tudo pelo Estado”). A redução das políticas de welfare state. A aceitação da desigualdade social como algo natural. A valorização do individualismo e do empreendedorismo. A defesa das tradições e da família patriarcal. O Combate ao aborto, eutanásia e homossexualidade. Muitas vezes, são exaltados também a “limpeza” ética, e o suposto combate ferrenho à corrupção (Conceição, 2019)

Importante destacar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira para essa realidade é significativa.

O sistema financeiro não deve ser um fim, mas um meio de facilitar as atividades socialmente úteis, levando ao desenvolvimento social e econômico das nações. No Brasil, os bancos formaram um cartel, determinam taxas de juros altíssimas, umas das maiores do mundo e têm alto ganho na especulação financeira, ignorando seu papel de concessão pública do Estado. A intermediação financeira deve servir a economia para a alavancagem da produção, dos serviços, dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população.

O papel do Estado nesse cenário é central, inclusive na dimensão mundial da crise, na administração de políticas nacionais eficazes e na supervisão dos mercados financeiros. Para cumprir essa função, a atuação de bancos públicos é fundamental.

Segundo Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 2008, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e Estados repressivos (Sen, 2007).

Na realidade sabemos o que deve ser feito, e há relativo consenso planetário, com o distanciamento significativo dos governos Trump, Bolsonaro e Netanyahu. Temos também os recursos financeiros: os 85 trilhões de dólares do PIB mundial, divididos pela população mundial, significam que o que hoje produzimos representa cerca de 15 mil reais por mês por família de 4 pessoas. O problema do mundo não é econômico, é político. Não é de produção, é de distribuição e sustentabilidade (Dowbor, Além do Coronavírus, 2020).

A Europa saiu na frente e já se organiza para o próximo período; 27 países chegaram a acordo sobre plano de recuperação da região, concordaram em mobilizar 750 bilhões de euros, que a Comissão Europeia tomará emprestado nos mercados financeiros e que serão distribuídos como subsídios e empréstimos.

Iniciativas individuais de alguns países - como a da Alemanha, conhecida pelo conservadorismo - mostram que uma maior intervenção do Estado a partir de agora, faz parte das ações. Isto significa a ampliação das políticas de garantia de acesso ao crédito, financiamentos a partir do banco público de desenvolvimento, auxílio pecuniário a pequenos empresários, renda básica para desempregados, investimentos em ciência, tecnologia, startups, entre outras ações.

**EMPREGADOS DA CAIXA, ESSENCIAIS
PARA O BRASIL SEGUIR EM FRENTE.**

Os funcionários da Caixa,
aqui apresentados sem máscara,
estão trabalhando no regime
de Home Office.
#FIQUEEMCASA

**RITA
SERRANO**

#JUNTOS! CADA UM NA SUA CASA

[f /ritaserranoca](#) [☎ +55 11 96188-0437](#) [@ rita_serrano_ca](#)

Imagem 4: Homenagem aos trabalhadores da Caixa durante a pandemia de Covid-19
Fonte: CA Rita Serrano

E O BRASIL?

No Brasil, os desafios são gigantes e de toda ordem. A recuperação da economia, da indústria, empregos, diminuição das desigualdades, respeito à democracia.

A recessão em curso, provavelmente será a maior do último meio século, superando inclusive a de 2008, somado à falta de visão estratégica de quem administra o Estado, pode gerar uma marginalização do país no mundo.

Não obstante esse cenário, e em plena crise política, o ministro da Economia apresentou um programa para superação da crise, intitulado “A reconstrução do Estado”. Nele, o único foco é a privatização de uma série de empresas e serviços. Nada sobre geração de emprego, investimentos ou ampliação dos programas sociais.

O plano tenta caracterizar as empresas públicas como fonte de corrupção ou pouco lucrativas. “Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobrás e a Petrobrás – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2019 com R\$ 107,86 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 56% em relação a 2018, quando a rentabilidade foi de R\$ 69,04 bilhões”.

Concomitante, o governo encaminhou ao Congresso proposta de reforma tributária (PL 3887/2020). O texto não aponta nada para a construção de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação sobre a renda, o patrimônio, as grandes fortunas. Isto, em um país onde as 5 mil famílias mais ricas têm como patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro. O problema evidentemente não é o tamanho do Estado, e sim a quem ele deve servir: às elites e seus interesses de curto prazo ou ao desenvolvimento da nação?

O futuro do Brasil será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades? Ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito?

O FUTURO DA CAIXA DEPENDE DO MODELO DE ESTADO

A Caixa tem 159 anos. Fundada no Império, passou pelo nascimento da República, pelos governos de Getúlio Vargas, pela ditadura, abertura democrática, governos liberais, democrático-populares e sobreviveu até os dias de hoje pela capacidade de superação e inovação, e porque, como outras empresas públicas, cumpriu um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país. Ocorre que nunca esteve tão ameaçada como agora, por um governo que desarticulou completamente o Estado brasileiro, ameaçando sua soberania e as condições de vida da população.

Ao pretender renunciar ao controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos. De acordo com o Instituto Transnacional (TNI, 2020), nos últimos anos houve 1.400 casos de serviços estatizados em mais de 2.400 cidades em 58 países, entre eles os Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e outros.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por esta razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, na medida em que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas.

O que ficou claro, para a sociedade, é que se hoje o Estado conta com um banco público do porte da Caixa, que pode ser usado em momentos de calamidade pública, como agora, é porque ao longo de muitos governos, incluindo o atual, os empregados, entidades sindicais e associativas, e movimentos organizados empunharam a bandeira da defesa de manutenção do banco público frente às iniciativas de privatização.

O futuro da Caixa, do patrimônio público e do Brasil, está nas mãos do povo brasileiro.

Bibliografia:

- ABC, S. d. (2020). 50 anos de história. Fonte: Revista dos Bancários do ABC: <http://bancariosabc.org.br>
- Bastos, P. P. (2017). Ascensão e Crise no governo Dilma Rouseff e o golpe de 2016. REC - Revista de Economia Contemporânea, 1-63.
- Biondi, A. (1999). O Brasil privatizado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Bueno, E. (2010). Caixa 150 anos. Brasília: Buenas Ideias.
- Caixa. (2011). Crédito e transformação Social. Brasília: Caixa.
- Conceição, J. J. (2019). Entre a Mão Invisível e o Leviatã. São Caetano do Sul: Didakt.
- Coppetti, M. F. (03 de 06 de 2020). Perversidade no cumprimento do auxílio emergencial. Fonte: revista teoria e Debate: <https://teoriae-debate.org.br/2020/06/03/perversidade-no-cumprimento-do-auxilio-emergencial/>
- Costa, F. N. (2012). Brasil dos bancos. Edusp: 2012.
- Costa, F. N. (2016). Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Costa, F. N. (2020). Bancos Estatais sob a ideologia do Estado Mínimo. São Paulo: Blog Cultura e Cidadania.
- Dados, B. B. (07 de 2020). <https://brasilfatosdados.wordpress.com/>. Fonte: Brasil fatos e Dados.
- Dowbor, L. (2009). Crise Financeira, riscos e oportunidades. Carta Capital.
- Dowbor, L. (2017). A Era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária.
- Dowbor, L. (2020). Além do Coronavírus. Le Monde Diplomatique Brasil.
- Economia, M. d. (04 de 2020). A Reconstrução do Estado. Fonte: www.gov.br/economia
- Economia, T. N.-M. (06 de 2020). Dividendos das Estatais.
- Estatística, I. -I. (05 de 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.
- Fausto, B. (1994). História do Brasil. São Paulo: Edusp.
- <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/01/brasil-passa-de-60-mil-mortos-por-coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.htm>. (01 de 07 de 2020). Brasil passa dos 60 mil mortes.
- Infomoney. (25 de 03 de 2020). Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia do coronavírus. Fonte: Infomoney: <https://www.infomoney.com.br/economia/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-a-pandemia-do-coronavirus/>
- Investi, V. (09 de 07 de 2020). Brasileiro não desiste da casa própria. Valor Investí.
- IPEA. (julho de 2020). Brasil pós COVID-19. Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: www.ipea.gov.br
- L.G. Belluzzo In: Sader, E. (2013). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil. São Paulo: Boitempo.
- Mattoso, J., Coelho, M. F., & Hereda, M. B. (2017). A Caixa ontem, hoje e amanhã. Carta Capital.
- Mattoso, J. (2013). Dez anos depois. Em In, & E. Sader, Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-liberais no Brasil (pp. 111-122). São Paulo: Boitempo.
- Nasser, R. (02 de 04 de 2020). Rede Brasil Atual. Fonte: Que Mundo vai emergir da pandemia do Coronavírus: <http://www.redebrasilatual.com.br>
- PMDB. (10 de 2015). <https://www.fundacaoulysses.org.br/>. Fonte: Fundação Ulysses Guimarães: <https://www.fundacaoulysses.org.br/>
- Públicas., C. N. (2016). Fonte: Comitê Nacional em defesa das Empresas Públicas: www.comiteempresaspublicas.com.br
- Santos, T. (2005). Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: a modernização do sistema financeiro brasileiro. tese de doutorado em Ciências. (P. d.-g. Econômica/USP, Ed.) São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências.
- Sen, A. (2007). Desenvolvimento como liberdade. SP: companhia das Letras.
- Serrano, M. R. (2018). Caixa Banco dos Brasileiros. Brasília: coleção FENAE.
- Serrano, m. R. (09 de 2019). Empresas Públicas: Mitos e fatos. Publicado pela Carta de Conjuntura da USCS - Universidade de São Caetano do Sul | nº 09 | set. 2019 .
- Slivnik, F. (2017). Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES: notas sobre suas evoluções recentes. Rio de Janeiro: ABDE Editorial 2017.
- Timoteo, A. (09 de 07 de 2020). Só Banco Público está dando financiamento emergencial a pequenas empresas. Fonte: uol: www.uol.com.br
- TNI. (07 de 2020). El Futuro es Público. Fonte: TNI - Instituto Transnacional.
- Valor. (22 de 07 de 2020). Caixa faz plano de abrir capital de seu banco digital. São Paulo, São Paulo.
- www.portatransparenciapublica.gov.br/beneficios. (20 de junho de 2020). Dados sobre os Benefícios sociais.
- www.uol.com.br. (01 de 07 de 2020). Brasil passa de 60 mil mortes por coronavirus-aponta-consorcio-de-imprensa.
- FENAE. (2015). 30 anos da greve de 1985. Revista da Fenae, 1-15.
- Guerra, A. (2017). Brasil 2016: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.



Rita Serrano é mestra em Administração, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, conselheira fiscal da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. É autora de vários artigos e livros, entre eles: Caixa, banco dos brasileiros (2018); Coautora de Se é Público é para todos (2018) e o Futuro é Público (2020). É pesquisadora voluntária do Observatório Conjucsc da USCS.

O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender a **Petrobras**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender os **Correios**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender a **EBC**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender a **Casa da Moeda**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender a **Eletrobras**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender a **Embrapa**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender os **Bancos Públicos**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender a **Caixa**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender o **Banco do Brasil**
é defender o Brasil.



O que é **público** pra você?

se é
público,
é para
todos



Defender o **Banco do Nordeste**
é defender o Brasil.



Defender o **Patrimônio Público**
é defender o **Brasil.**



COMITÊ NACIONAL
EM DEFESA DAS
EMPRESAS
PÚBLICAS



Fortalecer bancos públicos é imprescindível para combater desigualdade social. **Na contramão das privatizações do Brasil, Reino Unido funda banco público**

A pandemia do novo coronavírus já fez mais de 6 milhões de vítimas fatais em todo o mundo. Ainda que a doença tenha colocado, mais uma vez, o sistema econômico dominante em xeque, nada ou muito pouco foi alterado. Sem nenhuma mudança, a perda lastimável de vidas veio ainda acompanhada de uma crise econômica global.

Inflação em alta, poder de compra em queda. Desemprego em nível elevado, rede de proteção social abalada, direitos retirados. No Brasil, a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) fez uma pesquisa com viés econômico e chegou à conclusão de que os impactos da pandemia no país serão sentidos até o ano de 2045.

Em meio a esse cenário, emerge a necessidade latente de atuação das empresas públicas para promover a proteção social e o desenvolvimento. É aí que sobressalta a relevância dos bancos públicos.

São eles que fomentam a concorrência com diminuição de spreads (diferença entre a taxa de juros cobrada pelos bancos nos empréstimos e financiamentos e a remuneração paga na hora de captar recursos no mesmo valor); diante da instabilidade e baixo desenvolvimento do mercado de capitais, fazem concessão de crédito de médio e longo prazos; inovam no mercado local com operações de microcrédito; tem presença da rede em todos os municípios; estimulam o pequeno poupador.

Além disso, os bancos públicos podem atuar em políticas anticíclicas em momentos de crise para minimizar os efeitos do ciclo econômico, exemplo do que aconteceu no Brasil em 2008.

No Brasil, os bancos estatais figuram em um rol seleto de empresas centenárias. O Banco do Brasil já passa dos 200 anos de idade e a Caixa completou 161 anos. São eles que desempenham papel relevante na história do Brasil.

Mesmo com as tentativas de desmantelamento dessas instituições promovido pelo governo ao longo dos últimos anos,

Apesar das tentativas de desmonte, os bancos públicos continuam se destacando e poderão voltar a exercer um papel excepcional na retomada de um projeto de desenvolvimento para o país.

elas continuam se destacando e poderão voltar a cumprir um papel excepcional na retomada de um projeto de desenvolvimento para o país.

O BB é líder nos investimentos do agronegócio, fomentando o setor. A Caixa atua diretamente em políticas públicas, gerenciamento de programas sociais, habitação popular e loterias. É a maior financiadora de habitação do Brasil. Teve relevância incontestável para os brasileiros e brasileiras ao atender milhões na pandemia, para pagar o auxílio emergencial e outros benefícios sociais.

Esse caso da Caixa reflete bem a importância dos bancos públicos. Enquanto as instituições privadas focam somente no lucro, as públicas podem atuar em projetos sociais para a geração de renda e emprego, para a melhoria de vida e autoestima da população.

A União ainda possui outros três bancos públicos: o BASA, BNB e BNDES. Cada um, focado em um ramo de atuação. O BASA – Banco da Amazônia e o BNB - Banco do Nordeste, atuam no desenvolvimento local. O BNB tem um dos programas de microcrédito voltado para o trabalhador informal mais bem sucedido do país. O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - foi o maior financiador da indústria nacional, até começar a ser descapitalizado pelos governos Temer e Bolsonaro.

Ataques

Apesar de sua inquestionável relevância, vira e mexe os bancos públicos são alvos da sanha mercadológica. O Banco do Brasil tem quase metade das suas ações nas mãos de “investidores”. Seu braço de seguros foi privatizado, o que rendeu crítica do então presidente da instituição, Paulo Caf-

farelli, que em entrevista a revista Isto É em 2013, reconheceu que foi um erro a abertura de capital da BB Seguridade, alegando que o banco perdeu rentabilidade.

A Caixa também tem sido atacada. Nos últimos anos, em vários momentos, foi cogitado tornar a empresa Sociedade Anônima e abrir seu capital. Tentativa sem sucesso, dada a resistência da sociedade organizada. Em contrapartida, em 2021, o banco abriu o capital de seu braço de seguros, a Caixa Seguridade. Foram criadas subsidiárias em áreas como cartões, fundos de investimentos, loterias e outras, com o objetivo de privatizar.

O fatiamento da empresa é uma estratégia do governo atual para driblar a legislação e promover a entrega do patrimônio público. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já afirmou diversas vezes que privatizar tudo seria o ideal, só não explicou que esse processo só interessa aos donos do capital.

Bancos Públicos pelo mundo

Enquanto no Brasil a ordem é privatizar, no mundo a história é outra. O Reino Unido criou um banco público para financiar projetos de infraestrutura. Na Alemanha, o governo disponibilizou 100 bilhões de euros para que o banco estatal nacional pudesse realizar políticas de ajuda a empresas por conta das consequências da pandemia.

Segundo a revista Forbes, dados de 2021 mostram que entre as 15 maiores empresas do mundo, estão 4 bancos públicos chineses. No primeiro lugar da lista está o ICBC – Banco Industrial e Comercial da China, que tem investimentos em várias partes do mundo, com valor de mercado na ordem de U\$ 249,5 bilhões.



Bank of England - Foto: Katie Chan



Maioria dos países conta com Correios público.

Governo brasileiro quer vender a empresa

“Contra fatos, não há argumentos”. A expressão, conhecida por boa parte da população, parte da premissa de que o fato é determinante. Qualquer argumentação contrária se mostra inútil. Dito isso, vamos ao fato: dados da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) revelam que o serviço dos Correios é público na maioria do mundo.

Apenas em oito países os Correios são privados. Entre eles, Portugal e Alemanha. Ambos, já discutem reestatizar os serviços. Esse foi o caminho adotado pela Argentina. Em 2003, nossos vizinhos reestatizaram os Correios após reclamações da população pela baixa qualidade dos serviços e o aumento das tarifas.

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro tenta, a todo custo, entregar a estatal ao setor privado. O projeto de lei que muda o marco regulatório do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP) e permite a venda da companhia, está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

“Os Correios prestam serviço essencial a população. A privatização vai na contramão de tudo que é praticado no mundo, e irá prejudicar o desenvolvimento do país, em especial nos locais longínquos dos grandes centros urbanos”, afirma a Coordenadora do Comitê em Defesa das Empresas Públicas e representante dos empregados no conselho de administração da Caixa, Rita Serrano. “A venda dos Correios só beneficia o mercado privado”, completou.

Correios dão lucro

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo Bolsonaro é de que os Correios dão prejuízo. Entretanto, os números revelam que a empresa é sim, lucrativa. Entre 2001 e 2020, foram 16 anos de lucro e quatro de prejuízo. No total,

Em 2021, os Correios tiveram um lucro de R\$ 3,7 bilhões.

Foi o melhor resultado da empresa nos últimos 22 anos.

a empresa acumula resultado líquido positivo de R\$ 12,4 bilhões em valores atualizados pelo IPCA. Desse montante, R\$ 9 bilhões foram repassados em dividendos para a União. O equivalente a 73%.

Nos últimos 20 anos, o Tesouro Nacional fez um único aporte na companhia. Em 2018, a União colocou R\$ 254 milhões (em valores atualizados) para aumento de capital.

Em 2021, os Correios tiveram um lucro de R\$ 3,7 bilhões. Foi o melhor resultado da empresa nos últimos 22 anos. A companhia é classificada como não dependente do Tesouro. Isso significa que a estatal se mantém com os próprios recursos, sem precisar de aportes frequentes de dinheiro público para

PRIVATIZAR PIORA SERVIÇOS E SUA VIDA

fechar as contas.

Correios Norte-Americano é centenário e público

Sempre mencionado como modelo de sucesso pelos neoliberais, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, os Estados Unidos mantêm o serviço postal público desde 1.775. A empresa conta com 785 mil trabalhadores, sendo a terceira maior empregadora do país. A Constituição lista os Correios como empresa estratégica para os EUA.

Brasileiro é contra a venda

A Câmara dos Deputados promoveu em sua página na internet, uma enquete para saber se o brasileiro era contra ou a favor da venda dos Correios. A maioria esmagadora (93%)

#seé público é paratodos

dos respondentes se disseram contra a venda da companhia. Apenas 5% se disseram totalmente favorável a privatização.

Cidades menores vão sofrer mais com a venda

A lógica do setor privado é clara: lucro, lucro e lucro. Atualmente, apenas 324 agências presentes nos grandes centros urbanos do país geram resultado positivo para a estatal. As outras agências espalhadas pelos mais de 5,2 mil municípios do país geram prejuízo. Esses mais de 5 mil pontos só estão abertos porque a companhia trabalha com o subsídio cruzado: as mais lucrativas, sustentam as que fecham no vermelho.

O mercado não trabalha com subsídio cruzado. Com a privatização dos Correios, as cidades menores do país serão as mais atingidas.

CORREIOS EM NÚMEROS

A maior empresa de logística do país se traduz em números:



Por mês, entrega cerca de meio bilhão de objetos postais



São 25 milhões de encomendas mensais



São 25 mil veículos



Mais de 98 mil empregados



1,5 mil linhas de transporte terrestre



11 linhas aéreas



Está presente em todo o território nacional



A preço de banana, **governo quer vender a Eletrobras.** China, EUA e Canadá são exemplos de sistema hidrelétrico público

Venda ainda pode elevar a conta, em média, em 25%. Valor da estatal está subavaliado em R\$ 63 bilhões

“Yes, nós temos banana. Bananas pra dar e vender. Banana menina, tem vitamina. Banana engorda e faz crescer”. A marchinha de carnaval composta por Braguinha e Alberto Ribeiro em 1937, representa bem como e por quanto o governo Jair Bolsonaro quer vender a Eletrobras.

Pelas contas do Ministério de Minas e Energia, a maior empresa da América do Sul em termos de energia vale somente R\$ 67 bilhões. Na avaliação do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, o valor correto seria de R\$ 130 bilhões. A diferença é de R\$ 63 bilhões. Ou seja: o governo aceita vender a companhia por quase a metade do preço.

“Chega a ser acintoso. Além de entregar o patrimônio público e enfraquecer a rede de proteção social do estado, o governo atual ainda quer vender a empresa pela metade do valor. A preço de banana. É revoltante”, afirma a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e Conselheira Eleita da Caixa, Rita Serrano.

Atualmente, o processo de privatização está no TCU que, agora, vai analisar o modelo de venda. Antes, o tribunal liberou a venda por 6 votos a 1. O único a votar contra foi o ministro Vital do Rêgo. O TCU volta a deliberar para aprovar ou não o modelo de venda no dia 20 de abril.

Países com matrizes energéticas parecidas com a do Brasil, nem cogitam privatizar

Ao todo, a Eletrobras é composta por 233 usinas de geração de energia (incluindo Furnas - que opera 12 hidrelétricas e duas termelétricas e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf). São outras seis distribuidoras, todas na região Norte e Nordeste. Mais de 61 mil quilômetros de linhas de transmissão, metade do total do país e o suficiente para dar uma volta e meia no planeta.

A Eletrobras controla um quarto da geração da energia elétrica do país e 50% da energia armazenada. Quem controla essa energia, controla o preço.

A entrega do setor a investidores privados, potencialmente estrangeiros, não faz parte atualmente das políticas dos maiores produtores de energia hidrelétrica do mundo. Juntos, China, Canadá, Brasil e Estados Unidos são responsáveis por 52,8% da energia hidrelétrica produzida no mundo, segundo dados da Agência Internacional de Energia.

Na China, o governo controla todo o sistema. Sistema esse que conta com as maiores usinas hidrelétricas do mundo. Muito maiores que Itaipu, por exemplo. No Canadá, onde 60% de toda energia produzida é hidrelétrica, o sistema é todo gerido pelos governos provinciais (equivalente aos estados brasileiros).

Já nos EUA, o maior operador de energia hidrelétrica é o Corpo de Engenheiros do Exército. Isso mesmo: quem controla o sistema é o Exército Americano.

Brasileiro não quer a venda

Em pesquisa divulgada pelo instituto PoderData em 1º de abril, 56% é contra privatizar a Eletrobras, ou seja: mais da metade da população brasileira.

Aumento da conta

Estudo do Coletivo Nacional dos Eletricitários revela que se a privatização da Eletrobras acontecer, como deseja o governo Jair Bolsonaro, a conta de luz pode aumentar, em um primeiro momento, até 16,7%.

O ex-presidente da Eletrobras Luiz Pinguelli Rosa, é ainda mais pessimista. Pelos cálculos dele, o aumento pode chegar, em média, a 25%.

No longo prazo, o aumento no custo da indústria, famílias e de toda a cadeia de produção da economia será de R\$ 460 bilhões em 30 anos.



Enquanto São Paulo privatiza o metrô e piora o serviço, **Grã Bretanha reestatiza!**

Foram 14 problemas em apenas 3 meses, número superior a todo o ano de 2021

Privatizar é mesmo a solução? Melhora a vida do cidadão? Oferece, de fato, uma maior justiça social? A partir de hoje, o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas começa uma série de reportagens sobre a privatização que pretende responder essas e outras questões. Não só isso: derrubar mitos e verdades absolutas. A primeira matéria é sobre o metrô de São Paulo. Boa leitura.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) estava em festa. No dia 20 de abril de 2021, o agora candidato à Presidência da República, João Doria, era só sorrisos. Acompanhado do recém-empossado governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, Doria comemorava a privatização das linhas 8 e 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). O trecho foi entregue à iniciativa privada por R\$ 980 milhões.

Foi a primeira licitação para concessão de linhas da CPTM à iniciativa privada. Até então, apenas novas linhas do Metrô foram concedidas ao setor privado. O consórcio Via Mobilidade assumiu as operações em janeiro deste ano. A promessa do governo Doria foi a mesma de sempre: melhorar os serviços.

Passado pouco mais de três meses, os serviços só pioraram. Nesse período, as duas linhas registraram 14 problemas. Número superior a todo o ano de 2021, quando a quantidade de ocorrências chegou a 12.

Na situação mais grave, um trabalhador haitiano morreu eletrocutado enquanto fazia a manutenção da linha 9.

Intervalos maiores

Além da quantidade elevada de ocorrências, os paulistanos que utilizam o serviço reclamam da limpeza das estações e vagões, do tratamento dos atendentes e do intervalo entre os trens. Antes, o tempo era de quatro minutos. Hoje, é de 10.

“Essa narrativa de que privatizar vai melhorar os serviços e reduzir o custo da máquina pública é uma falácia que não é de hoje. É um falso argumento para conquistar a opinião pública. Basta olhar para os fatos e verificar os números para constatar a precarização resultante da privatização”, afirma a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e Conselheira eleita da Caixa, Rita Serrano.

“Além disso, a lógica por trás dessa operação é bem clara: o comprador só pensa em lucrar e, para isso, faz de tudo. Inclusive, piora os serviços e aumenta da tarifa. Ao final, é o cidadão quem paga a conta”, explica.

Precarização do trabalho

Com a privatização das linhas, os empregados que prestavam serviços para a então estatal, foram demitidos. Em seu lugar, novos trabalhadores assumiram com salários menores. A redução gira em torno de 10% a 40% dos vencimentos mensais. Além disso, as condições de trabalho também foram precarizadas. O excesso de jornada passou a ser um fato corriqueiro; empregados são proibidos de utilizar os banheiros de dentro da empresa; os pertences dos trabalhadores ficam, agora, em corredores e não mais em um vestiário.

Grã-Bretanha reestatiza linhas

Enquanto aqui no Brasil a “moda” é privatizar tudo, a Grã-Bretanha, famosa por ceder quase tudo a iniciativa privada, decidiu reestatizar todas as suas linhas de metrô depois de 25 anos. Para isso, foi criada uma empresa pública para voltar a cuidar dos serviços. O governo do primeiro-ministro Boris Johnson tomou a decisão após a administração do sistema pela iniciativa privada se mostrar problemática e ineficaz.

Essa é apenas um dos mais de 1,4 mil serviços pelo mundo que foram reestatizados entre 2000 e 2017. É o que mostra a pesquisa do Transnational Institute (TNI), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda.



Na contramão do mundo: enquanto **governo quer privatizar Petrobras**, maiores empresas do setor são públicas

Das 20 maiores, 13 são estatais. Pesquisa recente releva que brasileiro é contra a venda da Petrobras

Quando o assunto é a privatização de empresas do setor de petróleo e gás, as principais economias do mundo fecham, praticamente, questão: não vem que não tem. Assim como a canção imortalizada por Wilson Simonal, “não vem de garfo que hoje é dia de sopa”. Das 20 maiores empresas petrolíferas do mundo, 13 são estatais. Das que estão no top 5, quatro são públicas.

Enquanto o mundo preserva e mantém as empresas de petróleo sob o domínio público, o governo de Jair Bolsonaro tenta privatizar a Petrobras. Quando da campanha eleitoral em 2018, o então candidato à presidência da República afirmava que nunca venderia a estatal. Agora, admite vendê-la. E a justificava é que a “empresa dá muita dor de cabeça”.

Argentina, Bolívia, Azerbaijão, Uzbequistão e Rússia reestatizaram suas empresas no setor do petróleo.

Fatiar para vender

Mesmo antes de admitir privatizar a Petrobras, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua turma, já estavam fazendo.

De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), entre 2019 e 2021, 62 ativos da Petrobras foram vendidos. Ainda de acordo com a pesquisa, a entrega do patrimônio nacional da Petrobras no governo atual chegou a US\$ 33,9 bilhões.

Para fazer a venda sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional, a estratégia de Guedes foi fatiar a empresa. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a venda da empresa-mãe só pode ser feita com o aval do parlamento. Já para chamadas subsidiárias, não há essa necessidade.

“É o famoso jeitinho brasileiro. Como eles sabem que não possuem apoio para privatizar a Petrobras, vão entregando os principais ativos da empresa, aumentando o preço do combustível, tentando gerar insatisfação. Até que, em dado momento, a privatização possa ser ‘considerada lógica’ e aí, eles possam liquidar tudo”, explica a Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

População é contra a venda

O que Rita afirma está baseado na vontade dos brasileiros. Em pesquisa divulgada pelo instituto PodeData em 1º de abril, quando a pergunta é sobre a Petrobras, 54% afirma ser contra privatizar. Ou seja: mais da metade da população brasileira é contra a venda da Petrobras.

Reestatização pelo mundo

A ideia de vender empresas do setor de petróleo e gás não é nova e nem pioneira. Argentina, Bolívia, Azerbaijão, Uzbequis-

tão e até a Rússia já privatizaram suas empresas. Entretanto, todos esses países reestatizaram, isto é a operação voltou para o controle do governo.

Na Argentina, o governo Kirchner desapropriou a Repsol, que havia se apossado da YPF. Na Bolívia, o governo Morales nacionalizou as jazidas de hidrocarbonetos. Na Rússia, Vladimir Putin reverteu as privatizações, conformando uma poderosíssima Gazprom.

Na China, país que mais cresce no mundo, o controle de todo o setor estratégico é público.

Geração de renda e emprego

Desde a sua criação, a Petrobras se colocou como indutora da economia brasileira. Os investimentos da companhia servem como efeito cascata, acionando uma extensa cadeia industrial de fabricação de máquinas, equipamentos, embarcações, construção civil, além de ser responsável por fornecer matéria-prima para a indústria química.

De acordo com dados do Dieese, em 2003, a estatal empregava 48 mil trabalhadores próprios e 123 mil terceirizados. Em 2013, esse número cresceu para 86 mil trabalhadores próprios e 360 mil terceirizados. Já em 2019, a Petrobras fechou o ano com 57 mil trabalhadores próprios e 103 mil terceirizados, configurando-se como a empresa do setor que mais demitiu funcionários em todo o mundo.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), cada R\$ 1 bilhão investido em exploração e produção gera R\$ 1,28 bilhão no Produto Interno Bruto (PIB) e 26.319 ocupações. Cada R\$ 1 bilhão investido em refino implica na geração de R\$ 1,27 bilhão no PIB e 32.348 ocupações.

“É o famoso jeitinho brasileiro. Como eles sabem que não possuem apoio para privatizar a Petrobras, vão entregando os principais ativos da empresa, aumentando o preço do combustível, tentando gerar insatisfação. Até que, em dado momento, a privatização possa ser ‘considerada lógica’ e aí, eles possam liquidar tudo”



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

LANÇAMENTO

O FUTURO É PÚBLICO

Pela propriedade pública dos serviços públicos



Faça o
Download Gratuito
da versão digital



O Futuro é Público é um livro que revela uma onda de reestatizações pelo mundo. São mais de 1,4 mil casos de serviços que voltaram para a administração do poder público porque a gestão privada se mostrou problemática e ineficaz.

Baseado em pesquisa do Centro de Estudos e Sustentabilidade da Holanda (TNI), a obra foi traduzida para o português por iniciativa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e da FENAE.

A versão nacional conta com o artigo de Rita Serrano, intitulado Estado pós-pandemia e Empresas Públicas no Brasil.

O livro é gratuito e a versão digital está disponível em <https://bit.ly/O-Futuro-e-Publico>



 PUBLICCOMITE@GMAIL.COM

 WWW.COMITEEMPRESASPUBLICAS.COM.BR

 11 96188-0437

 [COMITEEMPRESASPUBLICAS](https://www.facebook.com/COMITEEMPRESASPUBLICAS)